

Handwritten signature and initials in blue ink.

município
tavira

Ata nº 2

ATA NÚMERO DOIS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE TAVIRA, REALIZADA NO DIA
VINTE E SETE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO

---- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e dezoito reuniram, na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tavira, com a seguinte Ordem do Dia: -----

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal;-----
2. Apreciação da Relação de procedimentos realizados ao abrigo da “*Autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais*”; -----
3. Recomendação da adesão do Município de Tavira à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;-----
4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 53/2018/CM, referente à Adenda ao Acordo de Execução celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia de Conceição e Cabanas;-----
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 65/2018/CM, referente à Atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo. -----

---- O Presidente da Assembleia Municipal, José Otílio Pires Baia, declarou aberta a sessão pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos.-----

----Pelo Presidente da Assembleia Municipal foi efetuada a chamada, tendo-se registado presentes os deputados municipais, Ana Cristina dos Santos Palmeira, Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa, Ângelo Filipe Silva Pereira, Artur António Guerreiro Sanina, Carla Patrícia Maié Martins, Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino, Carlos Manuel Viegas de Sousa, Elsa Maria da Conceição Martins, Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues, Joaquim José Brandão Pires, Jorge Humberto Martins Corvo, José Epifânio Martins da Graça, José Liberto da Conceição Graça, José Mateus Domingos Costa, José Otílio Pires Baia, Leonardo António Gonçalves Martins, Luís Filipe Albino Silva, Maria João Teixeira Dias dos Anjos, Maria José Dias Palma Simão Mestre, Maria Manuela Gonçalves Romão, Maria Otília Martins Cardeira, Muriel Cristina Dias, Narciso dos Reis Martins Barradas, Nuno Filipe Gonçalves

Handwritten signature and initials in blue ink.

Diogo, Pedro Miguel Entrudo Soares, Sílvia Alexandra Sanches Soares e Silvino Mário Pereira das Dores Santos Oliveira.-----

----O Deputado Municipal Vitor Manuel do Nascimento Pereira solicitou substituição tendo sido substituído por Luís Filipe Albino Silva.-----

----O Deputado Municipal Hugo Daniel Santos Gomes solicitou substituição tendo sido substituído por Leonardo António Gonçalves Martins.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sessão com a discussão e aprovação da ata da sessão anterior, ata número um, referente à sessão que se tinha realizado no dia vinte e sete de fevereiro anterior e que tinha sido remetida a todos os deputados municipais.-----

----**Verificando que não havia intervenções, colocou a ata a votação que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão a que respeitava, cuja listagem se encontra em anexo à presente ata, como documento número um.**-----

----O Presidente da Assembleia Municipal chamou à atenção para o uso da palavra por parte do público sendo que os serviços de apoio iriam disponibilizar as fichas de inscrição para quem pretendesse usar da palavra na devida altura.-----

----Passou às moções que tinham entrado na Mesa da Assembleia Municipal referindo que as mesmas iriam ser apresentadas por ordem de entrada. Pediu aos proponentes ou aos representantes das formações partidárias que as apresentassem que fossem o mais sucintos possível na medida em que tinham dez moções para discutir.-----

----A primeira moção apresentada pela bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU) tinha como título *“Saudação ao 1º. De Maio – Dia Internacional do Trabalhador”*.-----

----O Deputado Municipal Pedro Soares procedeu à leitura da moção.-----

----*“Há 132 anos, milhares de operários da cidade norte-americana de Chicago, conscientes da necessidade de humanização do mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional do Trabalhador.*-----

----*A partir daí, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na ação uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.*-----

----*Desde então as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objetivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos inalienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.*-----



---Hoje, esta luta continua sendo mais que necessária para combater os reveses civilizacionais, que apresentados com outro rosto, pretendem manter níveis de exploração dos trabalhadores, exploração nas suas várias facetas: desde do desemprego, à precaridade laboral, às condições laborais, aos salários ou nos horários de trabalho.-----

---É preciso pois, combater os altos níveis de desemprego, a elevada precaridade, os baixos salários, a carga horária excessiva e desajustada, a negação de direitos e garantias. É esta realidade de instabilidade permanente que hoje compromete não só o futuro dos trabalhadores, mas também o futuro dos jovens e o próprio desenvolvimento do país.-----

---Urge mobilizar os trabalhadores em torno das suas justas reivindicações, na defesa do emprego com direitos, no direito à contratação coletiva, pelo aumento dos salários, pelas 35 horas de trabalho semanal, pela revogação das normas gravosas da legislação laboral, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.-----

---O eleito da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Tavira na sua sessão ordinária de 27 de Abril delibere: -----

---1.Saudar os trabalhadores portugueses e do mundo, manifestar solidariedade para com a luta por eles desenvolvida, exortando-os a continuá-la, numa perspetiva de consolidar direitos conquistados e de alcançar novos avanços que conduzam à sua total emancipação; -----

---2.Dar conhecimento desta saudação às organizações sindicais do Concelho de Tavira, às centrais sindicais nacionais e aos órgãos de comunicação social.” -----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pela CDU, intitulada **“Saudação ao 1.º Maio – Dia Internacional do Trabalhador”**, que foi aprovada por unanimidade. -----

---Passou à segunda moção, também apresentada pela bancada da CDU, intitulada **“Pelo cumprimento da resolução da Assembleia da República para suspensão e pesquisa de petróleo ao largo de Aljezur”**.-----

---O Deputado Municipal Pedro Soares procedeu à leitura da moção.-----

---“Recentemente, vieram a público notícias sobre a possibilidade de a sondagem de pesquisa de hidrocarbonetos e gás ao largo de Aljezur poder ser realizada em 2018, embora não se conheçam as necessárias avaliações de impacto ambiental ou de impacto nas atividades económicas, nomeadamente no turismo.-----

---Torna-se assim indispensável que as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos devem ser suspensas, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações do impacto ambiental e nas atividades económicas.-----

---Assim, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República um Projeto de Resolução que foi aprovado em 21 de Dezembro de 2017, e transformado na Resolução da Assembleia da República publicada no Diário da República em 1 de Fevereiro de 2018, em que a Assembleia da República, nos

termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomenda ao Governo que suspenda as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos no deep-offshore da bacia do Alentejo, ao largo de Aljezur, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações de impacto ambiental e de impacto noutras atividades económicas.-----

----Considerando o atrás exposto, o eleito da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2018 delibere:-----

----1. Congratular-se pela aprovação na Assembleia da República da Resolução n.º 30/2018, de Recomendação ao Governo que suspenda as atividades de pesquisa e prospeção de hidrocarbonetos no deep-offshore da bacia do Alentejo, ao largo de Aljezur, até à conclusão, divulgação e discussão pública das avaliações de impacto ambiental e noutras atividades económicas;-----

----2. Exigir do Governo o cumprimento desta resolução, envolvendo a participação das populações, autarquias municipais, associações e outras entidades da região algarvia envolvidas;-----

----3. Dar conhecimento desta deliberação ao Presidente da República, Assembleia da República, Governo, AMAL, autarquias municipais do Algarve e comunicação social.”-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pela CDU, intitulada “Pelo cumprimento da Resolução da Assembleia da República para suspensão da pesquisa de petróleo ao largo de Aljezur”, que foi aprovada por unanimidade.-----

----Referiu que a terceira moção tinha sido apresentada pela bancada do Partido Social Democrata (PSD) cujo título era “Portugal 2020 e sua reprogramação”.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo leu a moção.-----

----“A Assembleia Municipal de Tavira, reunida a 27 de abril de 2018, saúda a Assembleia da República pela aprovação da Resolução n.º 1502/XIII/3.º da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD) sobre o Portugal 2020 e a sua reprogramação.-----

----Com a aprovação da referida Resolução Parlamentar, a Assembleia da República veio recomendar ao Governo:-----

----1 – Que no âmbito da reprogramação do Portugal 2020 não proceda à transferência de dotações dos Programas Operacionais das regiões menos desenvolvidas (regiões de convergência) para os Programas Operacionais das regiões desenvolvidas, assim como a não eliminação do Portugal 2020 a sua orientação para os resultados em benefício da mera execução, não se relevando o mérito dos Projetos;--

----2 – Que garanta que as dotações dos Programas Operacionais Regionais que sejam objeto de reprogramação sejam utilizadas para reforçar medidas constantes desses mesmos Programas, evitando deste modo que sirvam para substituírem rubricas (prioridades de investimento) oriundas dos Programas Operacionais Temáticos.-----

----3 – Que garanta que as medidas constantes dos Programas Operacionais Temáticos, objeto de reprogramação, especialmente do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de

Recursos (PO SEUR), conservem a sua abrangência territorial, de forma a manterem-se os mesmos critérios de repartição nacional presentemente estabelecidos, bem como a lógica concursal que preside à sua aplicação. -----

---A presente moção, após aprovação, deverá ser enviada ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, bem como a todos os Grupos Parlamentares.-----

---O Deputado Municipal Brandão Pires disse que intervinha não propriamente para discutir a moção mas antes para pedir um esclarecimento ao autor da mesma uma vez que não compreendia qual seria o sentido de ali aprovarem uma moção com aquele teor, que apesar de abordar uma questão da sua área não conseguia perceber o que era pretendido. -----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que normalmente, como acontecia nos diversos programas de fundos europeus, se chegava ao final dos Quadros Comunitários com muitos fundos por aplicar de programas por executar e que acabavam por existir dotações que eram transferidas de regiões menos favorecidas para outras mais favorecidas dando origem até a incumprimentos ou cumprimentos menos bem conseguidos com acusações de parte a parte conforme eram os Governos. -----

---Assim, o que era pretendido era que sobre aquele assunto houvesse um entendimento que fosse transversal à política nacional de modo a que o país aproveitasse da melhor forma os fundos, não existindo desperdícios, ao mesmo tempo que se pretendia que as regiões menos favorecidas não sofressem reveses da aplicação dos fundos no final dos programas. -----

---O Deputado Municipal Brandão Pires referiu que considerava que o propósito do que tinha sido anunciado era exatamente o contrário daquela moção, que passava a explicar.-----

---A programação financeira da União Europeia (EU), os programas negociados entre os Estados e a UE eram a sete anos, e eram negociados com alguma antecedência para cumprimento de determinados objetivos. O programa que estava a ser reprogramado referia-se ao período de 2014-2020, sempre de sete anos, que tinha sido apresentado em 2012, começado a preparar nos anos 2012, 2013. Assim, era natural que àquela distância não ficasse totalmente correto, pelo que a UE permitia que os Estados procedessem a um ajustamento a meio do período de programação, naquele caso elaborada cinco ou seis anos antes de acordo com os objetivos que já estavam a ser ou não cumpridos, ou que na altura se justificavam, e no presente não, e sobretudo com um objetivo muito concreto na medida em que existiam programas que estavam a gastar mais, tendo provavelmente sido programados em baixa em termos financeiros, com relativamente pouca verba, tendo outros programas sido programados com excesso de verba, pelo que o objetivo daquela reprogramação era precisamente evitar que no final do período de programação tivessem que devolver qualquer verba a Bruxelas, razão por que a meio dos períodos de programação era efetuada aquela reprogramação. -----

----Presentemente já se estava a discutir o Portugal 20-30 que em bom rigor correspondia ao período de programação de 2021 a 2027 e estavam ainda no ano de 2018. Assim era natural que a meio daquele período houvesse a necessidade de se proceder a algumas alterações, sendo o que estava em causa. ----

----Quanto à moção, no seu ponto número um, o PSD referia que não fossem retiradas verbas das chamadas regiões de convergência como era o caso no Norte, Centro e Alentejo e não se aplicassem, por exemplo, no Algarve. Certamente que quem tinha elaborado aquela moção que, ao que parecia, tinha sido aprovada por unanimidade na Assembleia da República, tinha sido o chamado “*lobby do Norte*”, pelo que estranhava que alguém apresentasse ali aquela moção para o Algarve. Na Assembleia da República, também no grupo parlamentar do Partido Socialista (PS), seria o *lobby do Norte* que teria mais força sobre o *lobby do Algarve*, o que justificava a aprovação daquela moção, todavia estava surpreendido pela sua apresentação no Algarve pois o que claramente estava a ser dito era que não deveriam de reprogramar no sentido de favorecer os fundos disponíveis para o Algarve, o que não fazia sentido. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção “*Portugal 2020 e sua reprogramação*” apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido rejeitada com vinte votos contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Cardeira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares e Carlos Marcelino, cinco votos a favor dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias e Silvino Oliveira, e duas abstenções dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares. -----

----Passou à moção seguinte também apresentada pela bancada do PSD cujo título era “*Contra o declínio na Saúde*”.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo passou à leitura da moção.-----

----“A 11 de março de 2016, o Ministro da Saúde, no ato de tomada de posse do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Algarve afirmava que “O Algarve não entrará no Verão com constrangimentos intoleráveis”. Tal frase firmou um compromisso – bem acolhido pelos algarvios – no sentido de serem tomadas medidas com vista a solucionar estrangulamentos crónicos que a região enfrenta neste domínio. Todavia, dois anos volvidos, a situação deteriorou-se, tal como os principais indicadores apontam. -----

----Os tempos médios de espera são um impedimento no acesso à saúde, por exemplo:-----

----856 dias de espera para uma consulta da especialidade de Urologia, no Hospital de Portimão; -----

----653 dias de espera para uma consulta da especialidade de Estomatologia, no Hospital de Faro;-----

----560 dias de espera para uma consulta da especialidade de Neurocirurgia, no Hospital de Faro;-----

----489 dias de espera para uma consulta da especialidade de Urologia, no Hospital de Faro; -----

hca
Mag.

----438 dias de espera para uma consulta da especialidade de Reumatologia, no Hospital de Portimão; ---
 ----417 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ginecologia – Apoio à Fertilidade, no Hospital de Faro; -----
 ----388 dias de espera para uma consulta da especialidade de Gastroenterologia, no Hospital de Portimão;-----
 ----362 dias de espera para uma consulta da especialidade de Dermato-Venereologia, no Hospital de Faro;-----
 ----292 dias de espera para uma consulta da especialidade de Ginecologia, no Hospital de Faro; -----
 ----262 dias de espera para uma consulta da especialidade de Oftalmologia, no Hospital de Portimão; ----
 ----255 dias de espera para uma consulta da especialidade de Reumatologia, no Hospital de Faro; -----
 ----231 dias de espera para uma consulta da especialidade de Otorrinolaringologia, no Hospital de Faro. -
 ----Muitos dos principais indicadores da atividade assistencial do CHUA continuam em quebra em comparação com os anos anteriores. Registam-se menos primeiras consultas, menos consultas subsequentes, menos consultas totais, menos atendimentos de urgência e menos cirurgias urgentes; ----
 ----Os serviços de urgência básica da região – Vila Real de santo António, Lagos, Loulé e Albufeira – têm pior resposta, em razão das escalas incompletas de médicos, facto que conduz a que os utentes sejam desviados para os hospitais;-----
 ----O Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul tem 70 % das camas encerradas e regista uma duplicação da lista de espera por comparação com o ano anterior, factos que representam perdas muito significativas na oferta assistencial de uma instituição de ponta que representa a última esperança para muitos utentes e respetivas famílias;-----
 ----Os doentes internados nos serviços de urgência dos hospitais do Algarve passaram de oito em média por dia em 2016 para 26 em 2018, muitas vezes, tal qual foi denunciado, sem um tratamento digno e condições de assistência mínimas durante dias a fio. Os doentes internados em macas voltaram a ser regra e não exceção; -----
 ----Tem sido assumido pela Ordem dos Médicos, Ordem dos Enfermeiros, Sindicato Independente dos Médicos, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, entre outros, que o acesso à saúde na região se encontra em declínio. -----
 ----O facto de se irem construir quatro novos hospitais no país, e o novo Hospital Central do Algarve ter ficado de fora quando era por despacho a segunda prioridade a nível nacional, é um exemplo da gritante omissão do Governo em relação aos algarvios. -----
 ----Perante o exposto, em defesa da nossa população, e em seu nome, esta Assembleia Municipal delibera aprovar o seguinte:-----

----1.Exigir ao Governo que adote as medidas adequadas para contrariar esta tendência e elevar o nível de resposta do SNS, o qual é muito insatisfatório e não regista evidências que venha a melhorar perante a inação dos poderes públicos.-----

----2.Solicitar ao Governo a contratação dos recursos humanos suficientes de modo a repor a oferta assistencial do SNS na região e em cada um dos seus concelhos;-----

----3.Exigir ao governo que cumpra os estudos das prioridades de novos hospitais em Portugal, respeitando a hierarquia e, desse modo, lançando os procedimentos tendentes à concretização de um novo Hospital Central do Algarve.”-----

----O Deputado Municipal José Graça disse que estavam no dia 27 de abril de 2018 pelo que gostava de questionar o Deputado Municipal do PSD da Assembleia Municipal onde andava no ano de 2013, 2014 e 2015, que seria apenas o que justificaria não terem ainda dado pela existência do portal da transparência do Sistema Nacional de Saúde (SNS), pois considerava havia que ter memória não bastando usar uns números na Assembleia da República, que todos sabiam que não eram famosos, e fazer um vídeo no *YouTube* a dizer que a situação estava de determinada maneira.-----

----Os números que eram apontados na moção, na verdade, eram a face visível do que se passava no Algarve no SNS, mas salientavam que ao contrário do que era dito, os dados referentes ao atraso nas consultas de especialidade não se tinham degradado. De facto, existiam tempos médios de espera para a primeira consulta de especialidade hospitalar, muito por todo o país, que poderiam considerar inaceitáveis, mas também estavam a desenvolver um trabalho ativo para reverter aqueles números, o que passava essencialmente pela contratação de mais profissionais de acordo com alguns dados que passava a transmitir.-----

----Dando como exemplo algumas especialidades, havendo algumas que não tinham médico, na dermatologia em 2015 havia apenas um médico para toda a região, sendo que presentemente existiam três médicos, existindo também outras situações ao nível da contratação que, no presente, eram muito fáceis de tomarem conhecimento. Por outro lado também estavam a dar estímulos a novos médicos para o Algarve.-----

---- Podia referir que desde 2015 até à presente data tinham passado a existir mais cento e noventa e três médicos sendo que destes, cento e vinte e três eram jovens médicos em formação. No mesmo período, três anos, no Algarve tinha passado a haver mais cento e dezanove enfermeiros e dezanove técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Ao longo deste tempo, o SNS no Algarve tinha passado a contar com mais trezentos e quinze profissionais.-----

----Ainda durante aquele período o número de profissionais do Centro Hospitalar do Algarve tinha aumentando em duzentos e oitenta e três, dos quais quarenta e cinco eram médicos especialistas e oitenta e oito eram enfermeiros.-----

----Relativamente aos cuidados de saúde primários que se constituíam como uma grande preocupação de todos e que julgavam ser o primeiro lugar a melhorar, esperavam que a breve trecho pudessem também ter uma palavra a dizer naquele capítulo por parte dos municípios.-----

----Recordava que tinha reaberto a extensão de saúde na Bordeira que estava encerrada de todo e que tendo estado fechada por uma semana tinha dado origem a grande alarido. Tinha reaberto o polo de saúde da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Faro (UCSP), o polo de saúde do Azinhal, a Unidade de Saúde Familiar (USF) Baesuris de Castro Marim que tinha encerrado uma semana antes das Eleições Autárquicas de 2013, e tinha reaberto a extensão de saúde de Vaqueiros também encerrada por altura da campanha eleitoral das Eleições Autárquicas de 2013. Tinha sido aberta uma segunda Unidade de Cuidados à Comunidade (UCC) no Concelho de Vila do Bispo e mais duas UCC no Barlavento cuja zona se encontrava verdadeiramente fragilizada, uma em Aljezur e outra em Monchique tendo-se a atividade iniciado no mês anterior.-----

----Quanto a Unidades de Saúde Familiar tinham sido abertas três, uma em Lagos, outra em Castro Marim e outra em Portimão e no ano de 2016 tinham transitado do modelo "A" para o modelo "B" as Unidades de Saúde Balsa de Tavira e Levante em Vila Real de Santo António.-----

----No ano de 2017 tinha sido aberta a USF de Ossónoba que tinha iniciado a sua atividade em 21 de agosto. Nos meses seguintes iria ser criada mais uma nova USF em Faro, outra em Loulé e outra em Albufeira. Na semana anterior tinha entrado em funcionamento a USF de Lagos, que tinha contado com a presença da Secretária de Estado na inauguração.-----

----O Deputado Municipal José Graça acrescentou ainda que estava prevista a abertura de mais duas USF, presumivelmente no início do ano seguinte, em Portimão e em Quarteira, bem como a construção de novos equipamentos em Albufeira como a ampliação da USF existente, a construção de um edifício de raiz com o apoio do Município de Loulé, na cidade de Loulé, para integrar a sede do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Central e ainda com um forte apoio dos fundos da UE, o reequipamento dos Hospitais do Algarve com equipamentos novos, equipamento de Tomografia Computadorizada (TAC), altíssima qualidade, para os Hospitais de Portimão e Faro, bem como a renovação do equipamento de ressonância magnética do Hospital de Faro.-----

----Referiu que tendo sido mencionado o Centro de Medicina Física e Reabilitação do Sul, o reforço de enfermeiros tinha sido feito especialmente para aproveitar toda a capacidade instalada no Centro, que sendo uma unidade de excelência do SNS do Algarve, a breve trecho, após a contratação de onze enfermeiros iriam ser abertas mais trinta e seis camas, sendo que a totalidade do quadro de pessoal ficaria completa até ao final do corrente ano.-----

----Para terminar disse que de facto, talvez a evolução dos cuidados de saúde na região não estivesse a evoluir à velocidade que esperavam sendo verdadeiro que o SNS era a grande estrelinha dos serviços

públicos em Portugal uma vez que era uma das conquistas de Abril, que celebravam, e pelo que continuariam a lutar.-----

----Concluiu dizendo que o SNS não estava bem mas que progressivamente estava a melhorar no Algarve.-----

----O Deputado Municipal Pedro Soares referiu que após a apresentação daquela moção por parte da bancada do PSD, gostava de começar por reforçar uma ideia que ali tinha sido deixada bem presente e se quisessem, utilizando uma linguagem mais técnica, realmente o SNS estava doente, todavia aquela patologia, que era curável se houvesse vontade e opções corretas, era o resultado da política das mesmas pessoas que ali tinham apresentado aquela moção. Era também o resultado de uma ofensiva contra o SNS que se tinha iniciado desde a sua fundação e ainda o resultado de uma iniciativa começada nos tempos de governo de Cavaco Silva com a missão simples de destruir o SNS proporcionando chorudos lucros ao grande capital. Tratava-se do resultado do processo de institucionalização com a privatização de hospitais, centros de saúde e outros serviços públicos ou da entrega da sua gestão a entidades privadas.-----

----Considerava que tais políticas também tinham tido consequências irreversíveis embora o Partido Comunista Português (PCP) tivesse alertado desde o primeiro momento para um enorme crescimento das despesas da saúde, cidadãos sem acesso a médico fruto da degradação causada pela falta de investimento e equipamentos, bem como outros problemas que vários anos de governança do PSD, entre outros também culpados, tinham levado a que o SNS se encontrasse na situação atual.-----

----Continuou dizendo que deveriam salientar, e já o Deputado Municipal do PS ali o tinha feito, que apesar de todas as atrocidades cometidas contra o SNS tinha sido a resiliência e resistência dos técnicos, dos especialistas da área que, independentemente dos problemas atuais e passados trinta e nove anos da sua fundação, tinham feito com que o SNS mostrasse uma capacidade invejável mantendo-se presentemente como um dos melhores serviços públicos de saúde do mundo.-----

----Concluiu dizendo que, sabendo que os atos ficavam para quem os praticava, por eles colocarem sempre os interesses do país e do povo acima de qualquer orçamento ou “balizas” económicas europeias, por identificarem claramente na história quem mais tinha contribuído para tal situação e quem no presente procurava jogar com a memória curta do povo português para apagar as suas responsabilidades, a CDU iria votar contra aquela moção.-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que tinha ficado surpreendido com a apresentação daquela moção por parte do PSD. O Deputado Municipal Pedro Soares já tinha referindo algumas questões e ele também reforçava a intervenção que ele próprio tinha feito no dia 25 de Abril.-----

----Presentemente uma das falhas da democracia em Portugal era a questão da saúde, independentemente do Deputado Municipal Pedro Soares ter dito que continuavam a ter um dos

melhores serviços nacionais de saúde do mundo e muitas vezes servirem de exemplo para outros países, não queria dizer que não existissem falhas e a necessidade de encontrar soluções. -----

----O Bloco de Esquerda (BE) não iria entrar na questão de números porque o que estava em causa era o utente, não o PS ou o PSD mas o SNS. Ambos argumentavam que o Hospital Central do Algarve (HCA) era necessário o que sabiam, pois tinham estado na luta do Hospital de Portimão, onde já por diversas vezes tinham estado presentes deputados do BE da Assembleia da República levantando problemas não apenas respeitantes ao Hospital de Portimão mas também de Faro, todavia o que defendiam era a criação de condições básicas nos Centros de Saúde locais. Não podiam admitir que um cidadão de Tavira tivesse que esperar quarenta minutos para ter assistência médica deslocando-se ao Hospital de Faro, razão porque consideravam que era necessário criar condições para que o Centro de Saúde de Tavira pudesse receber os seus utentes. Tinham-lhe chamado lírico por pretender que o Centro de Saúde estivesse aberto vinte e quatro horas, mas parecia-lhe que aquele era o caminho que tinham que continuar a trilhar pois os centros de saúde tinham que ter os meios adequados, sendo que Tavira merecia e como alguém dizia, já tinham tido um Hospital e presentemente nem um Centro de Saúde tinham.-----

----Relativamente aos profissionais de saúde como o Deputado Municipal Pedro Soares também tinha referido e bem, tinham feito um enorme esforço e lutado pelo SNS. -----

----Infelizmente, por ser hipertenso, tinha recorrido ao Hospital de Faro onde tinha estado numa sala durante doze horas aguardando o resultado dos exames e a assistência devida. Tinha havido quem tivesse apresentado fotografias no *facebook* que mostravam os corredores cheios de macas no Hospital de Faro havendo quem tivesse dito que nos corredores não se encontrava ninguém e que as imagens colocadas eram um aproveitamento, porém ele tinha vivido aquela situação podendo dizer que não se tratavam de imagens ou lirismos, mas da realidade.-----

----Pensava que era necessário alterar a situação sendo que o BE defendia que essa alteração passava pelos centros de saúde criando a nível local condições para que as pessoas, em Tavira ou noutra localidade, tivessem condições mínimas de assistência pois, por exemplo, uma pessoa que tivesse um grave de problema de coração não chegaria a Faro ou, como anteriormente, a Vila Real de Santo António, o que em vez de demorar quarenta minutos demorava cerca de uma hora e vinte minutos. -----

----Quando se referiam às instalações do SNS era importante também considerar que para que as pessoas tivessem assistência também eram necessários transportes condignos de modo a chegar a tempo e em condições aos hospitais.-----

----Concluiu dizendo que existia um conjunto de fatores negativos mas não deviam de considerar que o SNS português era o pior e que estava a piorar, pois considerava que era um dos melhores, porém não podia admitir que amigos seus que trabalhavam no Hospital de Faro lhe confessassem que estavam

exaustos por trabalharem doze horas e mesmo estando em casa, terem a contingência de serem chamados a qualquer altura para substituir alguém ou simplesmente porque era necessário. -----

---Para terminar disse que aquela era a realidade, que faltavam médicos, enfermeiros e outros, todavia o BE não podiam apoiar aquela moção.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo referindo que *“o maior cego que há é aquele que não quer ver”* disse que sincera e infelizmente em relação à saúde, ele tinha uma experiência pessoal que já vinha desde o ano de 1989. Já naquela altura, apesar dos excelentes profissionais, o Hospital de Faro não dava resposta às necessidades, sendo que na ortopedia tinha perdido um joelho por ter sido operado quase quinze dias depois.-----

---Pensava que era pelas querelas resultantes do facto de quando se estava no poder se considerar que estava tudo bem, e estando na oposição se considerar que os outros é que eram os culpados, que a saúde no Algarve não evoluía, mas já há muito que esta se encontrava em declínio.-----

---Infelizmente, o que o Deputado Municipal José Graça tinha referido como inexistente no Hospital de Faro, ele tinha lá passado vários dias e visto a sua mãe falecer numa sala apinhada de gente, o que não desejava a ninguém, sendo uma autêntica vergonha. Considerava que ao contrário do que estava a ser referido, presentemente e mais que nunca, a saúde em Portugal estava a viver dos Hospitais Particulares para onde as pessoas estavam a ser empurradas, como era o caso do Hospital de Gambelas que estava sempre cheio.-----

---O que podia dizer era que atualmente as economias que as pessoas dispunham estavam a ser aplicadas em seguros de saúde, que no Algarve estavam a crescer na ordem dos vinte por cento, e os deputados daquela Assembleia Municipal consideravam que o PSD ou quem estivesse no Governo eram os culpados. Tratava-se de um problema do Algarve pelo que era urgentíssima a construção de um novo Hospital uma vez que o atual não dava resposta, não tinha capacidade, como poderiam constatar se tivessem algum problema de ortopedia ou algum familiar em situação terminal, que certamente não iriam referir o PSD ou o PS. -----

---Relativamente ao *post* do *facebook* colocado pelo Deputado Municipal José Graça relativamente a inexistência de pessoas no corredor do Hospital, tinha-se contido para não responder mas desafiava-o a lá ir um qualquer dia sem aviso prévio, ir à *“sala da morte”* e verificar quantas pessoas lá estavam e de que forma, para comprovar a situação indigna e a razão por que os algarvios estavam a pagar mais para terem cuidados de saúde.-----

---Terminou dizendo que aquela situação os devia de envergonhar a todos e quando apontavam o dedo uns aos outros a dizer que a situação era má e que presentemente estava melhor, ele reiterava que a situação era má, que desde 1989 que assim era e não melhorava. -----

---O Deputado Municipal José Graça disse que compreendendo a indignação pessoal do Deputado Municipal Jorge Corvo devia dizer que tinha escrito o que tinha escrito e voltava a fazê-lo pois não podia

dizer que via um corredor cheio de macas quando ele estava vazio. Se o Deputado Municipal Jorge Corvo tinha reparado, também tinha escrito que, naquele momento, não existiam técnicos de saúde suficientes para dar resposta às pessoas que aguardavam na sala de espera que estava repleta.-----

----Considerava que o PS não podia ser acusado tal como ele próprio de criar a “sala da morte”. Todos sabiam que a saúde no Algarve era um problema grave e ele conhecia aquele Hospital desde o último piso à subcave pois já o tinha corrido muitas vezes no exercício de diversas funções. O Hospital de Faro não estava mal apenas desde 1989 sendo certo que era um setor que deveria de ser apoiado.-----

----Continuou dizendo que gostaria que no ano de 2011, independentemente de alguns terem escrito que não existia verba para pagar os vencimentos dos funcionários públicos, se tivessem concluído o processo de assinatura de um contrato de concessão para o novo HCA este teria avançado. Presentemente era muito fácil acusar José Sócrates de ter colocado a primeira pedra quando depois se tinha rasgado o contrato de concessão que estava pronto a assinar. Era muito fácil criticar um partido que pretendia elaborar estudos para justificar a nova priorização do HCA mas se todos os dados da região não estavam iguais, estavam muito piores, pelo que provavelmente no presente seria mais prioritária a construção do HCA do que em 2006.-----

----Não conhecia ninguém do PS que não defendesse o HCA. O PSD tinha apresentado na Assembleia Municipal uma moção a favor do HCA, sendo que eles tinham votado a favor o que aconteceria se voltassem a apresentar, até porque há seis semanas o novo Presidente do PS Algarve tinha proposto ao Governo uma nova calendarização para o desenvolvimento do novo HCA para o que, felizmente, já havia o terreno localizado no Parque das Cidades, sendo necessário despender mais verba para a sua aquisição, apesar de muitos não gostarem, o que considerava outro subterfúgio para fazer adiar o investimento.-----

----Em termos institucionais ao longo dos últimos meses o Hospital de Faro tinha avançado também numa forte e que se desejava sustentada, ligação com a Universidade do Algarve sendo o que não era com o Hospital Distrital que deveriam fazer acordos com a Universidade mas antes um Hospital “*topo de gama*” que era o pretendido para o Algarve, sendo esse o trabalho que está a ser realizado. -----

----Acrescentou que iriam votar contra a moção porque desejavam o melhor para o Algarve e estavam certos que o Governo iria reforçar o investimento que estava a efetuar no momento no SNS, nomeadamente com a contratação de mais enfermeiros. -----

----Relativamente aos enfermeiros informou que tinha sido aprovado no dia anterior em Conselho de Ministros, o suplemento remuneratório para os enfermeiros especialistas que era mais um motivo de discórdia do que estava a acontecer. -----

----Ainda naquele mesmo dia de manhã alguém tinha dito que o PSD tinha acordado, infelizmente pensava que tinha acordado mal disposto e que o PSD a nível local ainda não tinha percebido qual era o seu papel na política. Felizmente que o novo Presidente do PSD já tinha percebido qual era o papel, o de

ba
(cy)

um partido de poder, um partido responsável e que tinha que saber estar na oposição para que um dia merecesse estar no poder.-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que apenas pretendia fazer uma pergunta aos dois movimentos partidários. Anteriormente tinha-se referido às perspetivas mas parecia-lhe que ninguém o tinha escutado. O BE continuava a apostar nos centros de saúde pelo que gostava de saber qual o projeto que tinham para os centros de saúde e cuidados de saúde a nível local. Qual era a razão por que ali continuavam a debater o hospital, que todos consideravam importante, mas que não era a solução para a saúde a nível do Algarve ou iriam dizer aos habitantes de Tavira que se houvesse problemas de saúde teriam o HCA para lhes resolver o problema embora pudessem não chegar a tempo.-----

----Terminou reforçando que pretendia saber qual era a perspetiva que tinham em termos locais, qual era o programa que apresentavam para a saúde. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que primeiramente tinha tido o cuidado de mencionar que as pessoas que trabalhavam no Hospital eram excelentes profissionais, incedíveis no que faziam em condições de trabalho difícilíssimas. -----

----Depois, o HCA estava como prioridade dois sendo portanto a segunda prioridade nacional de construção, com estudos já elaborados pelo PS, tendo José Sócrates considerado o Algarve como segunda prioridade a nível nacional. De facto, nos quatro anos seguintes não tinha sido possível construir o hospital, nem praticamente nada em Portugal, pois como todos sabiam tinham havido vários constrangimentos e, mesmo presentemente, não era possível realizar todo o investimento necessário na saúde. -----

----Por outro lado ninguém percebia como é que dois hospitais, presentemente já três, passavam à frente de o do Algarve e ali estavam todos pacificamente a discutir de quem era a culpa. Reiterava que não se tratava de atribuir culpas, não as atribuindo ao PS nem podendo também atribui-las ao PSD pois cabia aos algarvios defenderem a construção do novo hospital que fazia falta, uma vez que apenas quem desconhecasse o estado da saúde ou manifestos interesses políticos é que poderiam dizer o contrário, e já tinham passado três hospitais à frente de o do Algarve.-----

----O Deputado Municipal José Graça agradecendo a pergunta formulada pelo Deputado Municipal Artur Sanina do BE disse que apenas queria informar que se encontrava em análise por parte da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) uma proposta de descentralização de competências do Governo para as Autarquias Locais que também versava matéria da saúde, pelo que esperavam que após a celebração do acordo concretizado, na semana anterior, entre o Governo e o PSD, cujo Projeto-Lei já tinha recebido reação por parte da ANMP, aquele assunto pudesse prosseguir.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que antes de colocar a moção a votação e porque não havia mais intervenções, queria dizer que ao contrário do coordenador da sua bancada ele não iria votar contra aquela proposta porque, por princípio, quando era exigido ao Governo melhorias para a saúde no

Algarve, ele tinha que estar de acordo. Era evidente que não concordava com um conjunto de considerandos que constavam da moção e que tinham estado a ser ali abundantemente debatidos, apesar da sua solicitação quanto à capacidade de síntese, estando a atribuir culpas de parte a parte, mas pensava que eram eles enquanto algarvios os culpados por terem deixado chegar a situação onde se encontrava em benefício de outras localidades, outras regiões do país, não demonstrando qualquer força, sendo apenas bons para o turismo. Todavia centrava-se fundamentalmente nos pontos um, dois e três da moção não o preocupando que tivesse sido apresentada pelo PSD pois quando se tratava de exigir que o Governo adotasse medidas adequadas para contrariar o que estava a acontecer, de solicitar mais técnicos que, como tinha sido dito, já tinham sido contratados bastantes mas que provavelmente eram ainda insuficientes, e quando se pretendia exigir que cumprissem o necessário para a construção do novo hospital que já há muito necessitavam, ele não podia votar contra. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a moção **“Contra o declínio na saúde”** apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido aprovada por maioria com dez votos a favor dos deputados municipais José Otilio Baia, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Narciso Barradas, Sílvia Soares, Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias e Silvino Oliveira, oito votos contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, Artur Sanina, Pedro Soares e Carlos Marcelino e nove abstenções dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, José Liberto Graça, José Mateus Costa, Luís Filipe Silva, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Cardeira e Nuno Diogo. -----

----Passou à moção seguinte, número quatro, também apresentada pela bancada do PSD com o título **“Pela requalificação urgente da EN 125 e contra o abandono dos cidadãos”**.-----

----A Deputada Municipal Muriel Dias procedeu à leitura da moção.-----

----**“A EN125, no troço que compreende os concelhos do Sotavento – Olhão, Tavira, Castro Marim e Vila Real de Santo António -, encontra-se num estado de conservação deplorável, o qual coloca em causa pessoas e bens, aumenta sensivelmente o risco de sinistralidade e constitui uma intolerável diminuição dos direitos dos cidadãos que representamos.**-----

----**Em 2015, após a renegociação da concessão que abrangia a totalidade da EN125, o troço Olhão – Vila Real de Santo António foi devolvido à jurisdição das Infraestruturas de Portugal, IP, e, nesse sentido, o Governo assumiu o compromisso de iniciar e concluir as obras de requalificação tão necessárias.**-----

----**Nesse sentido, o Governo assumiu um cronograma, o qual estabelecia que as obras se iniciariam em 2017. Tal não aconteceu e o Governo, desde 2016, justificou o facto com a circunstância do processo estar pendente de visto do Tribunal de Contas. Ora, foi público que o Tribunal de Contas rejeitou a proposta do Governo, por manifesta ilegalidade, pelo que o Governo foi obrigado a reformular a proposta, a qual agora corre termos.**-----

Boa
[Signature]
Rey

---É sabido que o prazo para atribuição de visto do Tribunal de Contas é de trinta dias, pelo que o Governo se refugiou durante mais de dois anos numa falsa obstaculização deste órgão jurisdicional para não realizar as obras com que se comprometeu, opção que resulta de cortes muito significativos no investimento público, os quais estão a níveis inferiores a 2015.-----

---Impõe-se, por isso, em nome dos cidadãos que estão indignados com a degradação da via, aprovar esta moção nos seguintes termos:-----

---1. Protestar junto do Governo pelo grosseiro incumprimento dos prazos para realização de obras na EN125, mais a mais quando a degradação é pública e notória, pondo em causa a segurança dos cidadãos;-----

---2. Exigir ao Governo que realize as obras que se comprometeu na EN125, de modo a proteger os cidadãos e dar dignidade às condições de circulação na via;-----

---3. Enviar esta moção ao Governo, Assembleia da República e órgãos de comunicação social.”-----

---O Deputado Municipal José Graça disse que ninguém colocava em causa que a EN125 era um problema grave que tinham, particularmente no sotavento algarvio.-----

---Sobre a mesma matéria e a retoma do investimento público que também não era o desejado, também o PS iriam ali apresentar uma moção.-----

---Relativamente àquela moção começando desde logo pelo seu título, considerava que quem tinha abandonado o Algarve no ano de 2011 tinha sido o PSD, o que refletia novamente uma memória curta. O governo do PSD e do Partido Popular (CDS-PP), entre os anos de 2011 e 2015, tinha baixado drasticamente o investimento público no Algarve, tendo mesmo desprezado os contratos de acordos e compromissos para com a região assumidos pelo anterior Governo. Dando três exemplos referiu o HCA, já ali falado, cujo contrato estava em fase de conclusão, o Porto de Pesca de Tavira que estava pronto para ser homologado pelo Secretário das Pescas e a EN125 cuja obra tinha começado em 2008 para terminar em 2012 que, inicialmente tinha sido alvo de um corte parcial do investimento previsto, e no ano de 2014 tinham sido retirados mais cento e trinta e um quilómetros da concessão total na zona onde havia menos eleitores, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Monchique e São Brás de Alportel. Considerava que em boa altura o Presidente da Distrital do PSD, Luís Gomes, tinha dito para quem tivesse querido saber, que os Autarcas do Algarve tinham sido enganados uma vez que lhes tinha sido prometido que as intervenções eram retiradas por um lado mas efetuadas por outro, todavia até a obra da variante de Faro tinha ficado parada por algum tempo até à altura das eleições legislativas em 2015, de modo a não as perderem.-----

---O processo tinha estado parado no Tribunal de Contas ou tinha estado a ser preparado de modo a ser renegociado com a equipa da concessionária, subconcessionária, porém ninguém podia garantir que ainda viesse a ser aprovado. O Tribunal de Contas tinha colocado mais de sessenta perguntas ao

Governo sobre a revisão do contrato de concessão, pelo que seria muito difícil as Infraestruturas de Portugal, SA responderem às sessenta perguntas no prazo de que dispunham. -----

---No dia 12 de janeiro quando o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas tinha dito que o processo se encontrava no Tribunal de Contas, de facto encontrava-se, a Comissão de Utentes tinha apresentado um cronograma no dia em que tinha estado presente numa reunião em Lisboa que podia ser consultado por quem quisesse. O processo tinha sido devolvido pelo Tribunal de Contas com mais de sessenta perguntas após aquela data. -----

---Estavam previstas três intervenções para serem apresentadas em 2018 e serem lançados os respetivos concursos. Na segunda-feira anterior o Secretário de Estado tinha estado no Algarve onde tinha anunciado que uma das obras previstas, cujo projeto tinha sido autorizado a título excecional pelo Tribunal de Contas, ia ser lançada no mês de maio, e referia-se à requalificação da ponte do Almargem. Quanto aos outros dois projetos que estavam previstos encontravam-se em fase final para serem lançados os procedimentos, a ligação de Olhão à rotunda de acesso à Via do Infante e a ponta final do lado de Castro Marim entre a rotunda da Praia Verde e o limite do concelho, cujas obras também tinham sido autorizadas a título excecional pelo Tribunal de Contas. -----

--- Era verdadeiro que a EN125 não se encontrava em condições, mas repetia que gostava de saber onde andavam os membros do PSD nos anos de 2013, 2014 e 2015 quando a EN125 também já não estava em condições, quando muitos cidadãos de Tavira sistematicamente tinham partido as jantes dos seus veículos nas retas de Cacela, como gostava de saber onde se encontrava a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António ou o atual Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim que também era Presidente naquela altura, pois recordava-se do que tinha sido dito por Luís Gomes. -----

--- Tinha que louvar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Utentes a quem já tinha dito de viva voz e repetia ali em público para que ficasse registado em ata, sendo que não tinham feito nada que ele próprio já não tivesse feito nos anos de 2013 e 2014, como constava na moção que tinham apresentado na Assembleia Municipal de 24 de abril de 2014 que tinha sido aprovada por unanimidade. -----

---Para terminar, disse que estariam à vontade para votar favoravelmente aquela moção não fosse o que o Deputado Municipal Artur Sanina ali tinha dito, e o Deputado Municipal da CDU tinha lembrado, onde estavam os deputados municipais do PSD em 2013, 2014 e 2015. De facto não eram os mesmos da atual bancada, mas que tinham aprovado por unanimidade uma moção com aquele teor e continuado a trabalhar todos para que a EN125 fosse requalificada o mais brevemente possível sendo naquele sentido que apresentava uma moção na Assembleia Municipal que iria ser discutida mais à frente. -----

---O Deputado Municipal Artur Sanina frisando as palavras da sua intervenção anterior e tal como o Deputado Municipal José Graça questionava onde tinham estado os deputados municipais do PSD todos aqueles anos e louvava a Comissão de Utentes da EN125. Podia dizer que há duas semanas atrás o BE

tinha estado nas rotundas da EN125, mais concretamente em Olhão, na rua principal da Luz de Tavira, na Conceição e na Aldeia Nova pois as jantes dos veículos continuavam-se a partir e a existirem milhares de acidentes, o que pretendiam resolver. Não lhe interessava onde se encontravam os deputados do PS ou do PSD mas as pessoas e, quando tinham estado na EN125 a manifestarem-se pela sua requalificação, as pessoas tinham-se mostrado a favor da sua presença mas não tinha visto qualquer deputado quer do PS quer do PSD. -----

----Outra questão da moção do PSD, e concordavam com ela, que lamentava é que não se referissem à A22 que também não estava bem, tinha portagens e não devia de ter, não se constituindo portanto uma alternativa à EN125. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo reforçou que enquanto continuassem a atirar culpas uns aos outros não iriam a lado nenhum. -----

----Acrescentou que por altura da moção referida pelo Deputado Municipal José Graça, o PSD estava no Governo e parte dos deputados da atual bancada do PSD já não faziam parte dela. Ele fazia parte da Vereação e também tinha concordado com a mesma, com algumas exceções. -----

----Referiu que estando a comemorar-se o 25 de Abril até calhava bem informar que na bancada do PSD, os seus deputados municipais, tinham liberdade de voto pelo que votavam como pretendiam, como entendiam, sendo que ele não estava preocupado se o PSD concordava ou não, porque se as questões fossem contra determinados princípios e ele considerasse que deveriam de ser resolvidas, também ali estava para criticar ou concordar. Percebia que provavelmente não teria muito futuro a nível político mas como não tinha "dono" ia votando de acordo com a sua consciência. -----

----Concluiu dizendo que a EN125 estava em mau estado e que o Ministro se tinha dirigido a Tavira e enganado a todos pois não tinha cumprido a promessa que tinha feito, pelo que tinha que ser chamado à atenção. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a moção "***Pela requalificação urgente da EN125 e contra o abandono dos cidadãos***" apresentada pelo PSD, tendo a mesma sido rejeitada com dezasseis votos contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Sílvia Soares, Pedro Soares e Carlos Marcelino, os votos a favor dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias, Silvino Oliveira e Artur Sanina e com quatro abstenções dos deputados municipais José Liberto Graça, José Otilio Baia, Maria Otilia Cardeira e Narciso Barradas. -----

----O Deputado Municipal Nuno Diogo não votou por se encontrar ausente da sala. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que gostava de explicar a razão por que se tinha abtido e que tinha a ver com o último considerando uma vez que, no fundo, concordava com o que já ali tinha

sido dito relativamente à EN125, que mais parecia um “*caminho de cabras*”, mas não podia concordar com o último considerando que referia que o Governo não tinha feito obras refugiando-se no Tribunal de Contas o que, na sua opinião, era uma grata mentira e não passava de demagogia, sendo pois aquela a razão que o levava a abster-se, caso contrário teria votado a favor. -----

----Passou à moção seguinte, a sexta, apresentada pelo BE com o título “*Habitação Acessível em Tavira*”.

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que a moção que apresentavam se referia à habitação cuja situação em Tavira os preocupava. Já tinham levantado por duas ou três vezes a questão pelo que não se iria prolongar muito com a moção passando apenas a ler o que gostariam que aquela Assembleia Municipal, reunida naquele dia, deliberasse. -----

----“*1-Requerer junto da Câmara Municipal de Tavira que no curto prazo, dê início a um processo de criação de nova habitação social/custos controlados em todo o concelho, principalmente incidindo nas áreas mais necessitadas.* -----

----“*2-Solicitar à Câmara Municipal de Tavira a elaboração de um regulamento municipal de apoio ao arrendamento cujo objetivo prioritário será direcionado para as famílias mais vulneráveis e para as que tendo capacidade financeira, a mesma é insuficiente para a obtenção de crédito.* -----

----“*3-Pugnar para que o Município de Tavira inicie um processo de regulamentação sobre o alojamento local, culminando na deliberação de um Regulamento Municipal.*”-----

----Explicou que estavam realmente preocupados com os números da habitação em Tavira uma vez que presentemente existiam seiscentos fogos, o que representava dois e meio por cento dos fogos existentes no concelho de Tavira cerca de vinte e três fogos de habitação social por mil habitantes, apesar de até não ser dos concelhos com maiores necessidades em Portugal. -----

----Os valores médios dos rendimentos de muitas famílias e particularmente de famílias jovens eram bastante baixos dificultando a possibilidade de obterem créditos, o que constituía outro problema. A aquisição de habitação própria era agravada pela realidade turística de Tavira uma vez que existiam entre sessenta a sessenta e cinco pedidos mensais de licenciamento para alojamento local em Tavira. ---

----Concluiu dizendo que todas aquelas questões os preocupavam uma vez que o estabelecimento de famílias jovens na cidade se constituía como um grave problema e as freguesias limite não eram solução. A população estava a envelhecer porque os jovens, à semelhança de outras localidades, procuravam as periferias e em Tavira não tinham alternativa de habitação social por ser inexistente. Aquela era a realidade que tinham tido que apresentar de modo a que a Assembleia Municipal os ouvisse e também expusesse as suas ideias. -----

----O Deputado Municipal Pedro Soares disse que aquela moção se enquadrava num problema que muito os preocupava estando, no essencial, de acordo com o que tinha sido apresentado, mas possivelmente por alguma inexperiência pensava que existiam algumas questões apresentadas pelo BE em que o PCP não se revia, nomeadamente por pensarem que não cabia à Câmara Municipal ou às

autarquias a nível nacional ter um maior papel na construção de mais habitação social. Consideravam que tal era da responsabilidade do poder central e não uma delegação de competência nas autarquias uma vez que os seus orçamentos eram destinados a outros fins. Pensava que caberia sempre ao Estado, que era o maior responsável naquela matéria, sendo que as autarquias em conjunto poderiam fazer pressão junto ao poder central não sendo delegados ou substitutos daquele. Considerava que nada invalidava que existissem parcerias até porque pensava que presentemente as câmaras municipais não tinham condições para construir mais bairros sociais ou mais habitações. -----

----O alojamento local era outra questão criada por outros governos, cujo assunto seria falado mais à frente no âmbito das moções seguintes sendo que pensava que existiam verbas que lhe eram destinadas.-----

----Terminou dizendo que se iriam abster quanto à moção embora se revissem em tudo o que tinha sido apresentado porque se tratava de um gravíssimo problema tanto a nível local como nacional. -----

----O Deputado Municipal José Graça disse que mais uma vez pretendia agradecer as intervenções anteriores e por terem apresentado naquela Assembleia Municipal uma preocupação que tinha sido especialmente alvo de atenção nos últimos dois, três anos, que inclusivamente tinha levado no verão anterior à criação de uma Secretaria de Estado da Habitação que tinha desenvolvido muito rapidamente um diagnóstico da situação a nível nacional culminando no dia anterior com a aprovação de sete diplomas em Conselho de Ministros, na sua maioria da competência do Governo, que apenas aguardavam pela avaliação do Presidente da República para entrarem em vigor.-----

----Considerando a importância daquele tema, mas também sublinhando que muitas das temáticas que ali constavam não eram da exclusiva responsabilidade do Município, pretendia propor ao BE e estender também ao PSD relativamente à décima moção em que apresentavam um trabalho de avaliação e diagnóstico desenvolvido pela Direção Distrital da Juventude Social Democrática (JSD) e que também versava sobre a mesma matéria numa perspetiva mais alargada em termos regionais que, tendo sido aprovado em Conselho de Ministros um pacote legislativo da nova geração de políticas de habitação, aquelas duas moções fossem retiradas e analisadas numa sessão da Assembleia Municipal seguinte depois de serem aprovadas e conhecidas as sete medidas legislativas do Governo, bem como os dois regulamentos municipais que eram citados, do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento que se enquadrava muito no arrendamento de apoios sociais presentemente existente na Câmara Municipal e, no processo de revisão, o Regulamento sobre Alojamento Local que estava a ser desenvolvido em sede de Câmara Municipal, sendo que, se o Presidente da Assembleia Municipal concordasse retomariam aquelas duas moções apresentadas pelo BE e PSD discutindo-as de uma forma mais aprofundada e talvez integradas com as preocupações que ali se colocavam.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que em nome da bancada do PSD iriam votar favoravelmente a moção apresentada pelo BE pois concordavam com o seu teor e que gostariam de continuar com a apresentação da moção do PSD.-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que já tinham chegado à conclusão da necessidade de pressionar o Governo, através de movimentos cívicos, como tinha sido o caso para a requalificação da EN125, pelo que lamentava que atualmente aquelas organizações cívicas não fossem as que há uns anos existiam, porque eram muito importantes em termos de democracia e no papel que os políticos tinham vindo a desempenhar.-----

----A moção era muito clara conforme estava expresso no seu primeiro parágrafo. A habitação era um direito constitucional consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa onde era sublinhada a incumbência do Estado em colaboração com as Autarquias Locais na promoção e constituição de habitações económicas e sociais, pelo que cabia ao Governo apoiar as autarquias dando-lhes os meios suficientes para a criação de habitação social.-----

----Recordava-se de quando a questão tinha sido colocada numa sessão da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal ter respondido de uma forma muito inteligente, que estava preocupado com aquela situação mas que aguardava as normas do Governo.-----

----Pensava que as pessoas, as famílias de jovens que pretendiam uma habitação estabelecendo-se em Tavira e não o conseguiam por via dos problemas económicos ou do crédito à habitação questionava se iriam continuar à espera das normas do Governo e da legislação que iria ser aprovada, ou se poderiam fazer pressão junto do Governo através de moções como aquela em que chamavam à atenção demonstrando a preocupação com a situação.-----

----Acreditava que deviam de fazer pressão como tinham feito quanto à EN125, à situação dos pescadores e muitas outras lutas, pelo que iriam continuar com a moção.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a moção "*Habitação Acessível em Tavira*" apresentada pelo BE, tendo a mesma sido aprovada por maioria com sete votos a favor dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias, Silvino Oliveira, Artur Sanina e Carlos Marcelino e vinte abstenções dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares e Pedro Soares.-----

----O documento integral da moção encontra-se anexado à presente ata como documento número dois.

----O Presidente da Assembleia Municipal passou à moção seguinte também apresentada pelo BE intitulada "*Por um Algarve livre da tragédia das portagens e pela requalificação total e adequada da EN125*".-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que iria proceder à leitura dos três pontos que eram o mais importante naquela moção porque já ali tinha sido abordado o tema da EN125 na discussão de uma moção. -----

----*“1.Solicitar ao Governo da República que proceda à eliminação, com urgência, das portagens na Via do Infante/A22. -----*

----*2.Solicitar ao Governo da República que garanta a requalificação urgente da EN125, entre Olhão Nascente e Vila Real de Santo António. -----*

----*3.Enviar a presente moção a suas Excelências o Primeiro-Ministro, ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à AMAL.” -----*

----Referiu que tinham tido uma experiência muito positiva na manifestação mas não tinha visto qualquer deputado daquela Assembleia Municipal no local, contudo pensava que se tratava de uma preocupação comum. -----

----Ele utilizava aquela estrada há vinte e sete anos para se deslocar para o seu local de trabalho em Faro pelo que conhecia bem a realidade quer daquela rodovia, quer da ferrovia. -----

----Pensava que o que se estava a passar entre Olhão nascente e Vila Real de Santo António já não tinha justificação possível para que as obras não se executassem, pelo que não lhe dissessem que com a vinda do Secretário de Estado, que depois de pressionado, iria mandar tapar os buracos até ao verão e que as obras de fundo se iniciariam em 2019, adiando assim mais um ano. -----

----A preocupação que tinham era a de acabar com os milhares de acidentes, milhares de mortos na EN125 e não se afigurando a A22 também como solução, lutavam contra o fim das portagens. Tinha havido promessas, inclusivamente pelas forças políticas representadas naquela Assembleia Municipal no sentido das portagens ou serem reduzidas em cinquenta por cento ou acabarem, contudo nada tinha acontecido. -----

----Para terminar reforçou que nada tinha sido conseguido pelo que talvez com aquelas moções e tomadas de posição da Assembleia Municipal conseguissem alertar o Governo para pensar mais nas populações. -----

----O Deputado Municipal Carlos Marcelino disse que iria votar contra aquela moção por a considerar populista uma vez que estavam a um ano das eleições legislativas. -----

----O Deputado do BE Algarve tinha sido eleito para a Assembleia da República com a estratégia de resolver a questão da Via do Infante e, três anos volvidos, a situação era a mesma, razão porque eram apresentadas aquelas moções para que as assembleias municipais pudessem ajudar de modo a que o Governo terminasse com as portagens. Considerava que se o Deputado do BE que estava na Assembleia da República não o tinha conseguido como é que os deputados municipais o conseguiriam. Reiterou que percebia que estavam a um ano de eleições legislativas e que o poder político estava a começar a funcionar de outro modo pois os problemas da EN125 não eram recentes já se verificando há muito,

pelo que até parecia que se não fosse aquela Comissão de Utentes e o BE a defenderem a EN125 nada se faria. Pensava que provavelmente o Deputado do BE Algarve não seria reeleito pelo aparecimento de novos protagonistas, sendo que seria a população que iria definir e pelo que se podia verificar nas Redes Sociais estava a ser bastante criticado pois nada tinha defendido até votando o orçamento contra o Algarve. -----

---O Deputado Municipal Pedro Soares referiu que apesar de toda a consideração que tinha pelo Deputado Municipal Carlos Marcelino considerava que ele demonstrava um desconhecimento total de toda a situação que o PCP tinha vindo a acompanhar com a apresentação de Projetos de Resolução na Assembleia da República conjuntamente com as propostas do BE de modo a resolver-se a questão, o que já acontecia há muito, não apenas no presente por estarem a um ano das eleições legislativas. Não era pois desde o dia anterior que iam para a rua reclamar quanto ao direito que tinham de melhores condições na EN125. -----

---Reiterou que o Deputado Municipal Carlos Marcelino demonstrava o desconhecimento do que algumas formações partidárias faziam na Assembleia da República, pois se considerava que os deputados em representação do Algarve apenas pretendiam protagonismo estava totalmente enganado. -----

---O Deputado Municipal Carlos Marcelino disse que não desconhecia a situação que era a realidade, sendo também o que era dito entre a população. Todavia não se tinha referido ao PCP que não tinha sido quem tinha apresentado a moção, mas ao BE cujo candidato tinha sido eleito devido à Via do Infante e a realidade era que ao longo dos últimos três anos esta encontrava-se em igual situação, pelo que considerava que apenas faziam "Show Off". -----

---O Deputado Municipal Artur Sanina disse que embora o Deputado Municipal Pedro Soares já tivesse dito algo sobre o assunto, considerava importante esclarecer o Deputado Municipal Carlos Marcelino que os deputados da Assembleia da República não se limitavam a fazer "shows" nos locais por onde tinham sido eleitos uma vez que trabalhavam toda a semana na Assembleia da República no seu Grupo Parlamentar, sendo que se deslocavam no seu dia de folga, geralmente à segunda-feira, para fazer os "shows" como dizia o Deputado Municipal Carlos Marcelino que nunca tinha visto a participar em qualquer das reuniões que tinham feito com os utentes da Via do Infante ou com os pescadores. -----

---O que pretendia dizer era que se apercebiam dos problemas que afetavam a população, se dirigiam aos órgãos respetivos, às associações respetivas, escutavam as pessoas e mediante as questões que colocavam, o Grupo Parlamentar na Assembleia da República elaborava as Perguntas ao Governo, aos respetivos Ministros para posteriormente informar as pessoas. Era aquele o trabalho que ultimamente vinham a realizar por forma a obterem as respostas às questões que eram levantadas pelas populações levando-as à Assembleia da República, Governo, Ministros das respetivas áreas para posteriormente informarem os cidadãos. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo informou que se iriam abster porque apesar de aquela moção ter alguns pontos com os quais concordavam outros existiam sobre os que tinham opinião ligeiramente diferente.-----

----Relativamente à Via do Infante, cujo assunto estavam a discutir, pensava que fazia todo o sentido especialmente naquele momento em que a EN125 se encontrava no estado em que estava e que os comboios não constituíam alternativa visto a linha ferroviária do Algarve também se encontrar em muito mau estado e enquanto não fosse eletrificada, a não existência de portagens na Via do Infante. Contudo depois que a EN125 fosse reparada e os comboios estivessem a funcionar, pensavam que deveria de prevalecer o principio da solidariedade pois em todo o país havia portagens nas Scuts. Sabia que a questão do Algarve era ligeiramente diferente devido à forma como a Via do Infante tinha sido construída, porém havia que fazer a sua manutenção, tal como se verificava noutras regiões, pelo que teria que ser aplicada uma medida de solidariedade nacional.-----

----Concluiu reiterando que, no caso do Algarve, enquanto não existissem alternativas, as portagens não deveriam de ser cobradas, que a existirem deveriam de ser cobradas tal como em todo o país.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação a moção ***“Por um Algarve livre da tragédia das portagens e pela requalificação total e adequada da EN125”*** apresentada pelo BE, tendo a mesma sido rejeitada com os votos treze contra dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Mateus Costa, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Nuno Diogo, Sílvia Soares e Carlos Marcelino, dois votos a favor dos deputados municipais Artur Sanina e Pedro Soares, e doze abstenções dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, José Liberto Graça, José Otílio Baia, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias e Silvino Oliveira.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou à moção seguinte apresentada pelo PS tendo como título ***“Saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio”***.-----

----A Deputada Municipal Maria José Mestre referiu que, dispensando-se da leitura integral da moção, pretendia mencionar que o PS não podia deixar de assinalar naquela Assembleia Municipal a passagem do aniversário do 25 de Abril e, praticamente na véspera do 1.º de Maio, aproveitar para saudar aquelas datas que tanto diziam a todos e que eram fortes nas consciências e corações por aquilo que representavam.-----

----***“Saudar o 1º de maio e o 25 de abril significa saudar a luta pelo desenvolvimento social e económico, pelo reforço das funções sociais do Estado, pela defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e das suas famílias, pela defesa da reposição e da conquista de direitos e rendimentos, pela valorização e efetivação das conquistas de Abril.***-----

----Exaltar o 25 de abril e o 1.º de maio é fazer uma justa homenagem a todos os que lutaram pela liberdade no nosso país, pelos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, por trabalho como direitos e por um país melhor, mais justo e mais desenvolvido.-----

----Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2018, delibera:-----

----1.Saudar o 44º aniversário do 25 de abril ora ocorrido, bem como o 1º de maio, Dia Internacional do Trabalhador;-----

----2.Saudar os valores e as conquistas da revolução de Abril e manifestar o seu reconhecimento a todos os homens e mulheres que lutaram contra a ditadura, que contribuíram para o eclodir do 25 de abril e que continuam a lutar e a defender a concretização dos valores de Abril;-----

----3.Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras, particularmente os tavirenses, manifestando a sua totalidade e empenho na luta por, progressivamente, melhores condições de trabalho e por uma vida mais digna e feliz; e,-----

----4.Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira”.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PS, intitulada “**Saudação ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio**” que foi aprovada por maioria de vinte e seis votos a favor dos deputados municipais Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias, Silvino Oliveira, Artur Sanina, Pedro Soares e Carlos Marcelino e uma abstenção da Deputada Municipal Ana Cristina Palmeira.-----

----O documento integral da moção encontra-se anexado à presente ata como documento número três.

----O Presidente da Assembleia Municipal passou à moção número nove intitulada “*Mais investimento para o Algarve e para Tavira*”.-----

----O Deputado Municipal José Graça disse que pensava que o assunto estava mais que debatido naquela Assembleia Municipal mas ele, para além do que se tinha falado sobre a EN125 e outras obras de requalificação, apenas pretendia referir que aquela era a versão dois da moção que tinham aprovado por unanimidade naquela Assembleia Municipal no ano de 2014. Além daquela moção que na altura tinham aprovado também tinha sido aprovada uma outra anteriormente, por razões fatídicas relativas à barra de Tavira. Assim, naquela data não podiam deixar de propor que a Assembleia Municipal saudasse especialmente as obras de reabilitação da barra de Tavira, os trabalhos de reforço do cordão dunar das ilhas-barreira da Ria Formosa, a pronta resposta dada aos danos e prejuízos causados pelas intempéries do inverno nas praias do concelho, repondo as atividades económicas e salvaguardando pessoas e bens,

Handwritten signature and initials

e registar, naquele momento, o anúncio do Governo referente às intervenções de melhoria das condições de circulação na EN125, particularmente em relação ao projeto de beneficiação da ponte da ribeira do Almargem.-----

----Continuou referindo que não pretendiam deixar de exigir ao Governo o cumprimento dos prazos previstos referentes ao lançamento das empreitadas de conclusão das obras de requalificação da EN125, entre Olhão e Vila Real de Santo António, concorrendo daquela forma para a competitividade das empresas e para a sustentabilidade socioeconómica do sotavento algarvio em relações de igualdade com a restante região.-----

----Recomendavam que em sede de investimento das Infraestruturas de Portugal, presentemente responsável por aquele troço da EN125, ou no futuro responsável pelo troço entre Olhão e Vila Real de Santo António, fosse prevista a construção da variante da Luz de Tavira incluída no contrato de concessão original por imperiosas razões de segurança rodoviária, fluidez de circulação e de acalmia de tráfego naquela localidade do concelho de Tavira.-----

----Concluiu dizendo que após a votação e discussão daquela matéria, fosse dado conhecimento da mesma a um conjunto de entidades e instituições, bem como à comunicação social.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que lhe parecia que primeiramente o Deputado Municipal José Graça pretendia que o tempo andasse para trás pois queria que o Governo cumprisse o programa que tinha apresentado para o Porto de Pesca de Tavira, o que já estava passado há muito, pensando que não seria necessário recordar, e tinha ali o cronograma, quando deveria ter sido feito. Julgava que o Deputado Municipal se deveria ter documentado, mas pretender que o tempo andasse para trás supunha que era difícil.-----

----Relativamente à barra de Tavira cujo assunto tinha ali sido apresentado, tinha sido objeto da concordância e voto favorável da sua bancada por altura da execução. O que questionava era se o Deputado Municipal José Graça tinha conhecimento do estado em que a barra se encontrava depois da intempérie ocorrida e qual o estado da Ria, como por exemplo em Santa Luzia onde os barcos atracados se encontravam em seco tendo que aguardar a subida da maré, de a questão da areia que tinha sido colocada para repor o cordão dunar que presentemente estava toda na barra, sobre o que pensava que nem sequer estava qualquer intervenção programada.-----

----Assim considerava que aquela moção visava a execução de alguns “remendos” na EN125, que não era o que pretendiam, pois iriam ser executadas obras como a ponte da Ribeira do Almargem que iriam consumir praticamente toda a disponibilidade financeira para a EN125 que, de acordo com o cronograma, deveriam de ser inauguradas no final do mês de junho, razão pelo que não poderia estar de acordo com a moção apresentada pelo que, obrigatoriamente iriam votar contra.-----

Artur
Pereira

---O Deputado Municipal Artur Sanina disse que para ele tudo o que contribuísse para melhorar as condições de vida de Tavira era importante, não se interessando se era proveniente do PSD ou PS, pelo que o BE concordava na íntegra com aquela moção, pretendendo apenas fazer algumas observações.---

---Pelos contatos, praticamente diários, que estabeleciam com os pescadores, sobretudo de Santa Luzia e Cabanas, e por vezes da Fuzeta, não tinha presente os números, quanto é que o contribuinte, todos, já tinham pago para a realização da intervenção de reforço das dunas das praias do concelho e desassoreamento da barra de Tavira, todavia, porque muitas vezes os técnicos que se encontravam nos seus gabinetes não ouviam as pessoas certas, os pescadores que andavam diariamente na sua labuta, saindo com os barcos, diziam que as areias que estavam a ser colocadas no Barril provenientes da Fuzeta, bastando haver algum vento, iriam todas parar à barra de Tavira, que era o que estava a acontecer. Assim, se continuassem com aquele procedimento os contribuintes iriam pagar mais uns milhares de euros e o resultado iria ser o mesmo, pois não eram elaborados estudos prévios e consultadas as pessoas certas. Portanto o que se verificava na barra de Tavira, a manterem-se as mesmas linhas de orientação, iria continuar a suceder.-----

---Não sabia se era por ser o BE, mas quando referiam a exigência ao Governo para a reabilitação da EN125, como resposta obtinham que o Governo já tinha aprovado, estava a tratar, mas ele verificava que no segundo ponto daquela moção constava, "Exigir ao Governo...". Assim, não compreendia a razão porque quando era o BE a apresentar, e estavam a sugerir ao Governo, este já tinha elaborado estudos, já estava a tratar, mas quando era o PS já podiam exigir ao Governo. Provavelmente as suas moções seriam diferentes, não apresentando o mesmo histórico, mencionando o Governo e não o devendo fazer, pelo que gostava que lhe explicassem qual a diferença.-----

---Terminou questionando quanto à barra de Tavira, para que não caíssem nos mesmos erros, qual seria a solução que o PS apresentava.-----

---O Deputado Municipal José Graça esclarecendo a questão das datas relativas ao Porto de Pesca de Tavira disse que em agosto de 2017 tinha sido apresentado o documento, que certamente deveria de estar no poder dos deputados municipais do PSD, onde as intervenções estavam calendarizadas e que já tinham sido desenvolvidas, encontrando-se algumas no *deadline*, e cumprindo-se as datas que estavam previstas. O que tinha acontecido, podendo verificar-se algum atraso nos procedimentos concursais ou decorrentes das intempéries, paralelamente à construção do molho nascente da barra de Tavira, tinham sido efetuadas dragagens adjacentes, tendo esse trabalho ficado concluído. Porém o que se tinha registado tinham sido situações de mar, como já havia sido exposto na Assembleia Municipal de fevereiro pelo Deputado Municipal do BE, que tinham condicionado aquele trabalho, estando a dificultar a passagem dos barcos. Existia um compromisso para que os canais de acesso ao Porto de Pesca de Tavira voltassem a ser limpos bem como serem executadas as restantes obras que tinham sido

apresentadas naquela altura, nomeadamente as de reordenamento do cais de descarga que estava prevista para o terceiro trimestre do ano, após o verão. -----

----Quanto à reabilitação do molho nascente estava concluída sendo que a requalificação da lota, para o que tinha sido aberto concurso público em agosto de 2017, ficaria para mais tarde, bem como a construção do novo cais e rampa de varadouro da Ilha de Tavira cujo projeto tinha sido desenvolvido nos termos apresentados no início do ano de 2017. -----

----Existia um protocolo homologado pela Ministra do Mar e Ministro do Ambiente que previa a demolição e remoção do cais existente na Ilha de Tavira, a construção de um novo cais e de rampa varadouro e dragagens da bacia de manobra, cujo concurso, salvo melhor informação, iria ser lançado em breve pela Sociedade Polis da Ria Formosa. -----

----Agradecendo ao Deputado Municipal Jorge Corvo a cedência do cronograma referiu que dos quinze prazos ali indicados apenas existiam até ao momento, três prazos que tinham deslizado. Conforme tinha já referido, o Tribunal de Contas tinha autorizado excecionalmente o desenvolvimento dos projetos de execução das três intervenções na EN125, ponte do Almargem, ligação da Praia Verde a Vila Real de Santo António e ligação de Olhão à rotunda de acesso à Via do Infante, sendo aquelas as intervenções que se encontravam atrasadas mas existia o compromisso para que durante o mês seguinte fossem lançados os procedimentos. O projeto da ponte do Almargem já se encontrava elaborado para o procedimento ser lançado durante o mês de maio. -----

----Aquele era o ponto de situação relativo aos prazos pelo que continuavam a exigir ao Governo que cumprisse os prazos que tinham sido apresentados, nomeadamente em relação à recuperação de fundo do troço entre o acesso à Via do Infante de Olhão e a Cidade de Tavira e ao troço nascente de Tavira até à rotunda da Praia Verde. Eram pois aqueles os prazos que exigiam ao Governo que cumprisse, mas também os prazos relativos à requalificação da via ferroviária cujos projetos estavam em fase final, pelo que contavam que no mês de julho seguinte fossem lançados os procedimentos concursais para a execução das duas intervenções de elevado montante, cinquenta e oito milhões de euros, que finalmente iriam modernizar as pontas da via-férrea do Algarve. -----

----O Deputado Municipal José Graça disse ainda que a preocupação que tinham não se referia apenas à EN125, mas era uma preocupação global. Já ali tinham falado na sessão anterior sobre a deterioração do transporte ferroviário do sotavento algarvio sendo necessário que rapidamente a linha fosse substituída para permitir a entrada em vigor do novo material circulante. -----

----Tratava-se de um conjunto de prazos globais e não apenas da EN125, mas de um conjunto de intervenções que exigiam, nomeadamente as obras portuárias, sendo a razão por que a moção que apresentavam era tão importante, pela análise global das infraestruturas do sotavento algarvio, deixando subjacente, para recordar e atualizar a moção que tinham apresentado no ano de 2014, o transporte ferroviário com ligação a Espanha que, conforme constava, tinha sido aprovado um parecer

conjunto assinado pela Presidente da Junta de Andaluzia e os presidentes das Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Alentejo e Algarve no sentido da criação da ligação ferroviária entre Faro e Huelva, que não existia, para que fosse concretizada no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio seguinte. Felicitavam aqueles três altos responsáveis políticos da euro-região por terem assumido aquela posição perante os seus governos estando também a seu lado, pelo que gostariam que aquela Assembleia Municipal também estivesse de modo a defender mais investimento no Algarve e em Tavira.

---O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que ainda bem que todos concordavam que os prazos para a requalificação da EN125 estavam de facto atrasados. -----

---Relativamente aos trabalhos das dragagens e da recuperação da areia que se havia deslocado, o que tinha questionado tinha sido se tinha havido alguma intervenção, não mencionando os prazos. Contudo se o Deputado Municipal José Graça pretendia referir os prazos, ele citava aquele que para eles era o mais importante e que se referia ao cais da Ilha de Tavira cujo protocolo tinha sido assinado, se não estava enganado, em 18 de agosto, com o prazo de um ano mas certamente que no corrente ano não estaria realizado. Tratava-se de algo muito importante não apenas em termos turísticos sendo pois um dos prazos cujo cumprimento era de maior importância. -----

---O Presidente da Câmara Municipal explicou que a Sociedade Polis da Ria Formosa, na sequência do protocolo tinha lançado um primeiro concurso que tinha ficado deserto o que queria dizer que não tinha concorrido qualquer empreiteiro. O projeto tinha tido que ser revisto, o que ele próprio e o Vereador João Pedro Rodrigues tinham acompanhado, e presentemente já tinham uma proposta válida, pelo que a obra seria consignada dentro de dias seguindo-se o envio para visto do Tribunal de Contas que ocorreria dentro de um mês, mês e meio. Assim, pensava que a empreitada estaria pronta a iniciar entre os meses de junho, julho, pelo que provavelmente se iria iniciar só em outubro. -----

---Acrescentou que relativamente aos atrasos nos prazos ali mencionados, aquele cais já existia há muito tempo nas péssimas condições que se encontrava, já tendo havido muitos governos, muitos executivos camarários sendo que com ele próprio já contava com oito anos de incumprimentos e antes dele com doze, mas o que queria dizer era que ao consignarem a obra, havendo empreiteiro, ficaria resolvido, porque sem empreiteiro é que não seria possível executar a intervenção. -----

---Concluiu dizendo que não seria executada no verão e que era para ter acontecido antes, o que não tinha sido possível por o concurso ter ficado deserto, situação sobre a qual não tinham qualquer controlo. -----

---O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que relativamente à barra de Tavira apenas pretendia partilhar com todos, que eram munícipes, algumas reflexões.-----

---Há cerca de uma década tinham tido um período em que a barra de Tavira tinha uma relativamente boa acessibilidade, sendo que deviam também de refletir que durante aquele período as águas mortas entre a barra de Tavira e a barra da Fuzeta, que se encontrava praticamente em frente ao Restaurante

Fialho, aconteciam na Torre D'Aires sendo o único local de onde provinham as águas mortas para a barra de Tavira. Naquela altura a barra do Lacém encontrava-se em frente à ribeira do Lacém e as águas mortas localizavam-se depois dos pinheiros de Cabanas sendo apenas daí que as águas iam para a barra de Tavira. Aquela situação significava que todos os desassoreamentos que tinham sido executados tinham um prazo de vida útil em termos de utilização do calado da ria muito mais amplo porque presentemente estando a barra para lá de Cacela Velha, e as águas mortas estavam em Cacela Velha, o que significava que desde aí até Tavira as águas corriam resultando num assoreamento de todas as laterais e diminuindo o caudal, o calado útil, e estando as águas mortas a duzentos e cinquenta metros da barra da Fuzeta, a água corria para Tavira. Aquela situação fazia com que se tornasse impossível um barco pequeno navegar na barra de Tavira com a maré a vaziar uma vez que se verificava um volume incrível de águas a vazarem na barra de Tavira. -----

----Concluiu dizendo que queria apenas partilhar com os presentes aquela visão de um tavirense e de pessoas mais antigas, marítimos, não esquecendo que, no histórico, as barras nasciam a barlavento caminhando para sotavento, pelo que as intervenções que fossem efetuadas em qualquer das barras produziram efeitos na barra de Tavira. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PS, intitulada ***“Mais investimento para o Algarve e para Tavira”*** que foi aprovada por maioria de vinte e dois a favor dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otilio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otilia Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares, Artur Sanina, Pedro Soares e Carlos Marcelino e cinco votos contra dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias e Silvino Oliveira. -----

----O documento integral da moção encontra-se anexado à presente ata como documento número quatro. -----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou à última moção intitulada *“Do interior ao litoral algarvio: Habitar Jovem”* apresentada pelo PSD. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo referiu que ia resumir por se tratar de uma moção muito longa. Consistia numa proposta de um grupo de jovens da JSD que tinham realizado um trabalho exaustivo, profundo, relativo à questão da habitação e que ali apresentava um conjunto de propostas que poderiam ser entroncadas em tudo o que viesse a ser realizado naquele âmbito. -----

----Parecia-lhe um excelente trabalho que cruzava o fomento da habitação jovem no interior e a habitação degradada e que ao mesmo tempo que contribuía para esbater as assimetrias entre o litoral e o interior, contribuindo para o combate à desertificação, promovia a recuperação do património

edificado e degradado, o emprego e a atividade económica através de medidas que podiam contribuir para a recuperação de muitas habitações e até muitas aldeias no interior, barrocal algarvio.-----

----O Deputado Municipal Artur Sanina disse que tinha apenas uma observação a fazer. Compreendia que sendo o documento da JSD destinava-se aos jovens. Pensava que estava bem elaborada, contudo questionava qual a razão por que a idade limite eram os trinta e cinco anos, se tal se devia ao facto de ter sido elaborada pela JSD que, por serem jovens, apenas demonstravam preocupação até àquela idade.-----

----A razão da sua questão devia-se ao facto de considerarem que deveria de estender-se a todos os escalões etários até porque a população do interior era uma população mais envelhecida, pelo que não deveriam de limitar aos trinta e cinco anos, que apesar de tudo compreendia uma vez que tinha sido elaborada pela JSD.-----

----O Deputado Municipal José Graça disse que saudando o conjunto de propostas que eram apresentadas pela JSD Algarve, tratando-se de outra formação partidária não acrescentaria mais nada ao que tinha sido dito pelo Deputado Municipal Artur Sanina, mas considerava que a moção era especialmente dedicada ao interior e sabendo que o PSD há vários anos atrás tinha fixado a idade dos jovens agricultores em quarenta anos, questionava os trinta e cinco anos até porque como todos sabiam os jovens saiam de casa dos pais cada vez mais tarde.-----

----Informou que tal como se tinham abtido quanto à moção apresentada pelo BE que tinha sido aprovada, também se iriam abster relativamente àquela deixando contudo fixado em ata que gostariam de voltar a debater matérias relacionadas com a habitação numa Assembleia Municipal seguinte.-----

----Concluiu dizendo que se tratava de um conjunto de propostas interessantes e que deviam de ser articuladas com as que fossem aprovadas pelo Conselho de Ministros e com o conjunto de propostas que presentemente a Câmara Municipal tinha em avaliação relacionadas com aquela matéria.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a moção apresentada pelo PSD, intitulada **“Do interior ao litoral algarvio: Habitar Jovem”** que foi aprovada por maioria com seis votos a favor dos deputados municipais Ana Margarida Baioa, Jorge Corvo, Leonardo Martins, Muriel Dias, Silvino Oliveira e Artur Sanina, um voto contra do Deputado Municipal Pedro Soares e vinte abstenções dos deputados municipais Ana Cristina Palmeira, Ângelo Pereira, Carla Martins, Carlos Sousa, Elsa Martins, Fernando Rodrigues, Joaquim Brandão Pires, José Epifânio Graça, José Liberto Graça, José Mateus Costa, José Otílio Baia, Luís Filipe Silva, Maria João Anjos, Maria José Mestre, Maria Manuela Romão, Maria Otília Carneira, Narciso Barradas, Nuno Diogo, Sílvia Soares e Carlos Marcelino.-----

----O documento integral da moção encontra-se anexado à presente ata como documento número cinco.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal disse que iam passar ao período antes da ordem do dia apesar de já terem passado duas horas e vinte minutos do início da sessão pelo que continuava a apelar ao

poder de síntese até porque ainda tinham a intervenção do público, de quem tinha três inscrições a quem lembrava que ainda se poderiam inscrever. Informou que o período da intervenção do público iria realizar-se imediatamente a seguir ao período antes da ordem do dia. -----

---O Deputado Municipal Brandão Pires disse que na segunda-feira seguinte ir-se-ia realizar a Assembleia Intermunicipal que tinha uma vasta ordem do dia sendo um dos pontos a eleição do Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL). Era candidato ao lugar e como tal poderia vencer a eleição o que significaria que, independentemente das interpretações jurídicas quanto à compatibilidade ou não de ser Primeiro Secretário da AMAL e integrar aquela Assembleia Municipal, considerava que eticamente não fazia qualquer sentido estar num órgão que representava todo o Algarve e simultaneamente num de um Município. Assim, se o resultado fosse positivo, se fosse eleito, iria deixar aquela Assembleia Municipal, com muita pena, mas mesmo que não fosse pela lei, a ética mandava que assim procedesse pelo que, se tudo corresse normalmente, não voltaria àquela Assembleia Municipal desejando desde logo felicidades a todos os seus colegas e referindo que tinha procurado dignificar ao máximo aquela Assembleia Municipal. Tinha dignificado pela preparação das matérias procurando apresentar argumentos válidos. -----

---O PS tinha "duas Câmaras", aquela onde debatiam as suas posições e outra de preparação das sessões onde reuniam regularmente e onde estavam presentes as suas divergências pelo que, muitas vezes ali tomavam posições por disciplina que não refletia a riqueza da discussão que faziam internamente. Talvez naquele mesmo dia tivesse havido posições ou sentido de voto contrários ao que ele poderia ter pensado, contudo prezava muito a disciplina de voto sendo essa a razão por que fazia parte de um partido que assim sendo, tinha obrigação de o procurar seguir a menos que se tratassem de matérias de consciência ou determinadas matérias. Aquela era a sua posição, admitindo que existissem outras.-----

---Terminou referindo que basicamente pretendia agradecer e dizer que ali tinha estado de alma e coração lamentando ter que deixar o lugar. -----

---O Deputado Municipal Artur Sanina disse que pretendia colocar uma questão diretamente ao Presidente da Câmara Municipal pois existia um esgoto a céu aberto na Luz de Tavira. -----

---O Presidente da Câmara Municipal respondeu que o assunto já estava resolvido. -----

---A Deputada Municipal Ana Palmeira disse que, porque na terça-feira seguinte era dia 1 de Maio e porque ali tinham sido apresentadas duas moções sobre o tema, não podia deixar de se congratular por os trabalhadores terem presentemente alguns direitos que no passado não lhes eram concedidos, nomeadamente o descanso semanal, um salário digno e melhores condições de trabalho do que há uns anos atrás em que não tinham condições e vivendo de forma precária. Considerava que era bom terem um Governo socialista que defendia os trabalhadores e por isso pretendia ali prestar homenagem a

todos os que durante muitos anos tinham trabalhado e lutado para que as condições de trabalho fossem o que eram presentemente. -----

----O Deputado Municipal Silvino Oliveira disse que gostava de ouvir os comentários do Presidente do Executivo relativamente a três aspetos que estavam relacionados com as problemáticas de limpeza dos terrenos e que decorriam de todo o pacote legislativo que naquela fase estava a produzir efeitos, nomeadamente em termos de terrenos públicos que eram da responsabilidade do Executivo. Assim gostaria de saber o que estava a ser efetuado pela Câmara Municipal e como previam realizar.-----

---Outro aspeto estava relacionado com o facto do concelho ter uma grande zona interior, rural, já bastante despovoada, bastante envelhecida em que as populações mais idosas notoriamente iriam ter muitas dificuldades no cumprimento da Lei e nas limpezas que eram de interesse comum, que medidas previa o Executivo adotar no sentido de auxiliar aquelas populações mais idosas e nalguns casos sem meios para o realizar. -----

----Por fim pretendia que o Presidente da Câmara Municipal se referisse ao cadastro, qual a situação, uma vez que se tratava de um instrumento fundamental para a gestão do território tanto mais que implicava diretamente em termos de responsabilidade perante a atual legislação.-----

----O Deputado Municipal José Graça disse que não tinham apresentado uma moção a respeito mas pensava justificar-se que naquela sessão felicitassem o jornal taviense, Postal do Algarve, pelos trinta anos celebrados na sexta-feira anterior no Casino de Vilamoura e simultaneamente prestar homenagem às personalidades e instituições tavienses que naquela data tinham sido homenageados. Queria deixar registado os nomes do empresário António Várzea, do empresário agrícola Humberto Teixeira, do Juiz Jorge Langweg e da cantora Viviane Parra. Também pretendia referir o Clube de Ciclismo de Tavira, a empresa Luís Sabbo – Frutas do Algarve bem como duas instituições da região que tinham um forte relacionamento com o Município de Tavira e que também tinham sido distinguidas naquela sessão comemorativa dos trinta anos do Postal do Algarve, a Associação Portuguesa de defesa do Consumidor, a Delegação Regional do Algarve da Defesa do Consumidor (DECO) e a Confraria dos Gastrónomos do Algarve parceira do Município na Comissão Regional da Dieta Mediterrânica e defensora dos valores e tradições da gastronomia e dos produtos regionais.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que relativamente ao direito de oposição existia um relatório que deveria de ter sido entregue e não tinha sido, sendo que existiam algumas questões relativas ao mesmo que gostava de realçar para que fossem tratadas com a maior brevidade possível.---

----Quanto à primeira situação tinham falado na primeira sessão da Assembleia Municipal no acesso dos deputados municipais aos documentos das reuniões de Câmara pois existiam várias situações como naquele mesmo dia que tinha tido necessidade de consultar e tinha tido que solicitar aos vereadores que lhe enviassem porque não tinham acesso a uma fonte de informação que considerava fundamental para alicerçar as decisões. Aquela questão tinha sido praticamente unanime.-----

---Existiam também várias sugestões que a oposição, todos os grupos, tinham efetuado e que não tinham sido tomadas em conta na elaboração do orçamento do corrente ano tal como também não constariam do relatório. Considerava que era importante que as sugestões dos restantes grupos políticos fossem tornadas públicas e estivessem refletidas no relatório ou o motivo pelo qual não eram tomadas em conta. -----

---No que se referia ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira pretendia uma explicação por parte do Executivo naquela Assembleia Municipal pois no orçamento para o corrente ano, que tinham aprovado, estava consignada uma receita do parque de campismo no valor de duzentos e oitenta e seis mil euros, sendo que na primeira revisão, após a aprovação das contas, aquela verba tinha sido reduzida para trinta e seis mil euros verificando-se por isso uma perda de duzentos e cinquenta mil euros que supunham seria a diferença expectável entre os dois tipos de exploração, com concurso público ou exploração pelo próprio Município. Ainda relativamente àquele assunto também tinha sido aprovado, sendo expectável que fosse ali discutido, não compreendiam como é que uma concessão que era um tema que devia de ser apresentado na Assembleia Municipal, qual a base jurídica para ter sido aprovado em Reunião de Câmara. -----

---Quanto à reabilitação do Cineteatro António Pinheiro deparava-se com uma situação que lhe parecia preocupante. Tinham havido dez concorrentes sendo que apenas um estava em condições de se candidatar ou de ser candidato àquela empreitada pois nove dos candidatos tinham um preço acima do valor constante em caderno de encargos. Parecia-lhe que havendo apenas um candidato com o preço baixo poderiam estar a correr o risco da intervenção enfermar de qualidade. Também tinha algumas reticências quanto à garantia bancária apresentada que era de uma entidade romena.-----

---O Deputado Municipal Jorge Corvo continuou referindo-se ao facto de ter sido realizada uma apresentação do projeto da ponte que ele até tinha solicitado anteriormente uma vez que o mesmo tinha sido conhecido através do *facebook* embora ele tivesse pedido muito antes para que fosse apresentado publicamente. Tinha sido realizada a apresentação pública com uma peça nova, a questão do atravessamento do jardim público, e sido apresentada aos deputados municipais. Tinha ainda ficado de ser realizada uma outra apresentação pública mas tal não tinha acontecido, como também não tinha ficado em exposição. Ele tinha solicitado a peça que lhe faltava na publicação que se encontrava no *facebook* tendo-lhe dito o Presidente da Câmara Municipal que não valia a pena a sua entrega uma vez que o projeto iria estar exposto, o que não estava a acontecer não estando este disponível, pelo que gostaria que lhes fosse disponibilizada a peça por forma a concluírem a informação.-----

---O Deputado Municipal José Liberto disse que apenas pretendia efetuar um alerta ao Executivo Municipal. Relativamente às estufas na Luz de Tavira e em Santo Estevão cada vez mais os trabalhadores faziam lixo nas estradas e nos terrenos privados, sendo que a situação já tinha ultrapassado o razoável. Já tinham conversado com algumas empresas da Luz de Tavira mas até ao momento nada tinha sido

feito sendo que já considerava alarmante pois com a apanha cada vez mais havia lixo, terrenos repletos de garrafas de vidro porque iam andando e bebendo e quando a bebida terminava simplesmente atiravam as garrafas sem qualquer cuidado quanto ao que estavam a fazer e sobre o que já tinha recebido muitas queixas. Assim deixava ali o alerta para que tentassem falar com as empresas, o que já tinham tentado fazer obtendo como resposta que fosse a Junta de Freguesia a recolher o lixo, para o que não tinham possibilidades.-----

----O Presidente da Câmara Municipal referindo-se que quanto ao direito de oposição, o relatório já tinha sido falado em Reunião de Câmara e estava a ser tratado.-----

----Relativamente ao acesso dos deputados municipais às deliberações de Reunião de Câmara considerava que era um assunto que deveria de ser tratado em Conferência de Líderes de modo a gerir o processo. De qualquer modo o Vereador João Pedro seguramente que tinha tomado nota de modo a terem acesso *online* ao que estivesse disponível pois considerava que deveria de ser disponibilizado o acesso à plataforma em casa. As deliberações encontravam-se *online* e desconhecendo a que documentação se referia o Deputado Municipal que pensava serem as atas, também deveriam de estar acessíveis, pelo que, não estando teria que aferir. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo disse que a questão era a plataforma de acesso à documentação que os vereadores utilizavam para as reuniões de Câmara e que continha toda a informação que deveria de estar aberta aos deputados municipais sendo que apenas teria que estar disponível a mais esses utilizadores.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que se tratava de uma questão de segurança sendo que ele próprio não tinha acesso. -----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo alegou que se tratavam de documentos públicos pelo que deveria de ser facultada pelo menos aos líderes de bancada.-----

----O Presidente da Câmara Municipal reiterou que ele próprio não tinha acesso a tarefas que não passassem por si, sendo aquele o modo como o sistema estava configurado. Se a Vereadora Ana Paula trocasse alguma tarefas com o Vereador João Pedro não teria acesso a elas por aquela informação estar blindada apenas tendo acesso às tarefas que por ela passassem.-----

----De qualquer modo considerava que poderia ser um assunto a tratar em Conferência de Líderes. Teoricamente as atas estavam no sistema e os documentos eram livres sendo que tal como ele os Vereadores não tinham acesso aos despachos intercalares que estavam nas tarefas.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal informou que a partir daquele momento e enquanto a Câmara Municipal não conseguisse resolver a questão de modo a disponibilizarem toda aquela documentação *online* o que ele, na qualidade de Presidente daquela Assembleia Municipal, iria fazer seria solicitar as ordens de trabalhos de todas as reuniões de Câmara para depois fazer o mesmo que fazia com os

restantes documentos que considerava de interesse e que chegavam à Assembleia Municipal, remetendo-os via correio eletrónico para todos os deputados municipais. -----

---- Sabia que as ordens de trabalhos eram pública mas a partir do momento em que fossem remetidas pela Assembleia Municipal ninguém iria dizer que não tinha recebido, tal como aconteceria com as atas, que também sendo públicas parecia que ninguém tinha acesso às mesmas. -----

----Reiterou que iria solicitar que a Câmara Municipal enviasse para a Assembleia Municipal a ordem de trabalhos de cada Reunião de Câmara e logo que possível a ata de cada Reunião de Câmara que assim que chegassem à Assembleia Municipal seriam remetidas para todos os deputados municipais. Iria solicitar à Câmara Municipal porque desse modo não teriam que estar dependentes que a informática resolvesse a questão pois já há muito que ouvia falar daquele assunto que com as novas tecnologias deveria de não ser necessário, contudo também era de fácil resolução até porque a Assembleia Municipal funcionava através de correio eletrónico, não usando papel, pelo que recebendo aquela documentação seria remetida a cada um dos deputados municipais tal como era feito com outra documentação. Pensava que dessa forma o problema seria resolvido porque efetivamente a ordem de trabalhos da Reunião de Câmara era pública, inclusivamente partilhada no *facebook* pelo Deputado Municipal José Graça, mas o que realmente importava era tomar conhecimento do que tinha acontecido na reunião, sendo verdadeiro que nem ele como Presidente da Assembleia Municipal tinha conhecimento a menos que procurasse saber, o que não tinham tempo uma vez que não era aquela a sua profissão sendo, portanto, mais fácil receberem na caixa de correio eletrónico. -----

---- O Presidente da Câmara Municipal dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal disse que a recomendação por ele efetuada estava aceite, que dissesse como pretendia fazer que a Câmara Municipal trataria, não colocando qualquer óbice a tal. O Presidente da Assembleia Municipal definia qual a melhor forma, como pretendia, independentemente da plataforma informática, sendo que na semana seguinte teriam já formas de trabalhar na questão mas o que interessava era que a informação chegasse, provavelmente por via da Mesa da Assembleia Municipal, por parte do seu Presidente, pelo que qualquer recomendação ou indicação que tivesse para fazer quanto à forma de distribuição dos documentos, a Câmara Municipal obviamente que cumpriria.-----

----Terminou o assunto dizendo que se cumprisse o que o Presidente da Assembleia Municipal tinha dito sem qualquer contestação. -----

----Relativamente ao Parque de Campismo da Ilha de Tavira a receita que constava no orçamento referia-se a uma concessão anual que não tinha acontecido, sendo aquela apenas por quatro meses. Estando a receita prevista para um ano, não tinha sido elaborado um concurso de concessão anual mas antes por quatro meses, pelo que tinham reduzido a verba uma vez que não era necessária. No ano seguinte, seguramente que iria constar o mesmo no orçamento uma vez que estavam a trabalhar no sentido de elaborarem um processo de concessão anual do parque de campismo.-----

---Quanto ao Cineteatro António Pinheiro tinha sido aberto um concurso público internacional, semelhante ao do cais da Ilha de Tavira para o que tinha aparecido apenas um concorrente. Segundo a informação que tinha, tratava-se de uma boa empresa com muitas referências de obras feitas, sendo que de acordo com o que lhe tinham informado eram especialistas na técnica que seria utilizada para aquela obra pelo que lhes era possível executá-la ao preço que tinha sido lançado na plataforma. Tinham-se comprometido dizendo inclusivamente que tinham margem, tinham prestado garantias romenas, europeias, sendo que o que interessava era que as garantias não tivessem prazo e que se mantivessem nos termos legais. Os serviços da Câmara Municipal tinham verificado, não tinham dúvidas, pelo que o contrato seria apresentado em Reunião de Câmara e após assinatura, remetido ao Tribunal de Contas. -----

---O Presidente da Câmara Municipal continuou dizendo que os procedimentos para a ponte sobre o rio já estavam aprovados estando o concurso para ser lançado. Não tinha sido realizada uma apresentação pública, mas o projeto tinha sido apresentado aos deputados municipais, considerando não existirem dúvidas sobre a bondade. Posteriormente seriam executados os arranjos exteriores e tratariam da envolvente para o que os serviços estavam a trabalhar. -----

---Referindo-se à questão levantada pelo Deputado Municipal Silvino Oliveira relativamente à limpeza dos terrenos, a Câmara Municipal já há algum tempo que estava a trabalhar no assunto sendo que na medida do que fosse possível iriam cumprir a lei uma vez que não era possível proceder à limpeza de sessenta mil hectares de terreno, excluindo a parte urbana, em três meses. Todavia entre a Câmara Municipal, os técnicos florestais da Câmara Municipal e do Ambiente, os presidentes de junta de freguesia das respetivas áreas, o Comandante dos Bombeiros, a Guarda Nacional Republicana (GNR), o Vereador José Manuel Guerreiro e ele próprio, desde há cerca de dois meses que vinham realizando reuniões de trabalho com vistorias aos terrenos para aferirem quais seriam os pontos críticos. Tavira tinha sido identificada com quatro freguesias a vermelho no mapa de incêndios pelo que o pretendido seria retirar-lhes alguma carga, conforme estava a acontecer. -----

---Continuou dizendo que todos os proprietários tinham sido notificados e sendo a primeira data estabelecida, quinze de março, alargada para trinta e um de maio, de umas visitas para as outras tinham verificado que os proprietários tinham vindo a cumprir pois existiam terrenos que de uma visita para a outra estavam limpos. A GNR já tinha começado a autuar pois como sabiam, nos termos da lei as multas ficariam suspensas da sua aplicação se os terrenos estivessem limpos em trinta e um de maio, sendo que a partir daquela data as que já estivessem passadas seriam executadas. -----

---A Câmara Municipal estava a trabalhar com máquinas na limpeza dos seus terrenos públicos. Tinham concorrido a candidatura para corta fogos florestais, estando a terminar uma segunda para cerca de vinte quilómetros de rede secundária florestal, financiadas a cem por cento, numa linha que tinham aberto recentemente. -----

----Relativamente à limpeza dos cinquenta metros à volta das casas e cem metros à volta das aldeias nas zonas de risco, estava constituída uma comissão cuja tarefa era a de estabelecer um perímetro de um aglomerado C3, um aglomerado pequeno de freguesia, e relativamente aos cinquenta metros das casas, tinham vindo a realizar uma ação de sensibilização junto das pessoas. No que se referia às pessoas idosas, seguramente que as juntas de freguesia estavam a acompanhar de modo a prestarem auxílio. Existiam idosos que tinham familiares que deviam de prestar ajuda no princípio da solidariedade mas obviamente que verificariam como estaria a situação após o dia trinta e um de maio, estando todavia a realizar um enorme trabalho no terreno de muitas pessoas.-----

----Também as juntas de freguesia vinham a realizar um enorme trabalho na limpeza e corte das bermas no âmbito de um contrato interadministrativo realizado com a Câmara Municipal e que incluía aqueles trabalhos.-----

----Quanto à questão das estufas ainda há dois dias atrás tinha ouvido na televisão falar-se em tráfico humano sendo que tal era um trabalho para a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e de dignidade. O que estava a acontecer um pouco por todo o lado era uma situação quase inadmissível pois existiam situações no concelho, algumas ilegais, que tinham sido construídas sem a respetiva legalização pelo que existiam processos de contraordenação e retirada a decorrer sobretudo na zona da Luz de Tavira. Referiu que estavam particularmente atentos contudo não faziam voz pública da situação mas as contraordenações e pedidos de retirada haveriam de chegar a um conjunto de armazéns em que um deles até tinha dois pisos, composto por sessenta e oito contentores todos arrumados numa parcela de terreno o que era algo engenhoso mas não estava legal. Tinham aquele problema tal como acontecia em São Teotónio e todos os outros locais onde existia aquele tipo de agricultura intensiva para a qual não havia mão-de-obra em Portugal. Era pois um problema mas não dispunham de meios para o resolver sendo que tal deveria de ser resolvido pelo SEF e pela ACT. Uma situação era a imigração legal contratada ao abrigo de um Programa, outra questão era alguma imigração que consideravam ilegal e que era alvo de reportagens televisivas, pelo que veriam o que ocorreria.-----

----O Deputado Municipal Jorge Corvo solicitou um pequeno esclarecimento quanto ao parque de campismo uma vez que lhe parecia que o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que não constituía um problema aquela receita ter reduzido de duzentos e oitenta e seis mil euros para trinta e seis mil. Questionou ainda qual a razão porque a concessão não era apresentada naquela Assembleia Municipal.

----O Presidente da Câmara Municipal referiu que como já tinha explicado em Reunião de Câmara quando o Vereador Rui Domingos tinha colocado a questão, consideravam que aquele era mais como um contrato de arrendamento do que de concessão, catalogado daquela forma pelos serviços, com um procedimento simples para a entrega num tipo de arrendamento das três instalações que se encontravam dentro do parque de campismo, o supermercado, o café e a loja de conveniência que dava

para a passadeira. A situação relativa aos mais de duzentos mil euros referia-se a um contrato de concessão para o parque de campismo no seu todo, o que não tinha acontecido, pelo que tinham reduzido a verba expectável para a contratualização apenas do supermercado, do bar e da loja de conveniência, cujo contrato era de curto prazo e de aluguer num determinado regime que os serviços consideravam correto, com término a trinta de setembro, retomando aqueles para a Câmara Municipal para preparar, se assim o entendesse, um contrato de concessão.-----

----Quando tinham elaborado o orçamento tinham previsto que naquela altura haveria hipoteticamente uma empresa a gerir o parque de campismo como tinham ideia de lançar concurso. Porém tinham-se realizado as eleições e havendo a necessidade de fazer um conjunto de definições para o que o tempo tinha sido escasso, a situação tinha-se atrasado por um ano o que considerava perfeitamente justificável. Na sua opinião, o que seria uma irresponsabilidade era não abrirem o parque de campismo por alguma determinada situação, o que não iria acontecer.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que relativamente ao cadastro há algum tempo tinham tido um processo de cadastro concluído em cerca de sessenta e quatro por cento que não tinha sido homologado, pelo que desconheciam se iria avançar. Para a elaboração do mesmo era necessária uma verba que o Governo se tinha comprometido a entregar de modo a concluírem o processo porque não se tratava de verba da Câmara Municipal. Estando cerca de sessenta e quatro por cento resolvido esperavam que o restante pudesse vir a ser concluído.-----

----Devido à situação dos incêndios como tinha sido público e notório, o Governo tinha-se comprometido na elaboração do cadastro no país, mas não tinha mais informação sobre a questão. Tinham efetuado o pedido para que o mesmo fosse concluído pois existiam três Câmaras Municipais no Algarve que constituíam o projeto-piloto, Tavira, São Brás de Alportel e Loulé, sendo que a última se encontrava em situação semelhante à que tinham em São Brás de Alportel, que tinha o processo concluído em maior percentagem, tinha solicitado a homologação que ainda não tinha sido concedida. -

---- O Presidente da Assembleia Municipal disse que tal como tinha referido iriam continuar os trabalhos passando à intervenção do público antes de entrarem na ordem do dia propriamente dita. Disponha de três inscrições pelo que apelava, tal como havia feito com os Deputados Municipais, ao poder de síntese dos inscritos.-----

----O Cidadão Luís Fernandes referindo-se à requalificação dos jardins, disse que em dezembro de 2017 tinha colocado a questão da requalificação do Jardim do Coreto um pouco mais alargada ao que habitualmente era efetuado, apenas a recuperação das tábuas dos bancos, alargando-a à pintura dos candeeiros de iluminação bem como a todo o gradeamento à volta do coreto. O Presidente da Câmara Municipal tinha então referido que iria debruçar-se sobre a matéria pelo que ele agradecia uma resposta positiva quanto à mesma, estendendo-se ao Jardim da Alagoa e ao outro lado do rio junto à



zona do posto de abastecimento que também estava a necessitar e que rapidamente iria melhorar a imagem do jardim.-----

----Outra questão estava relacionada com a estrada do Butoque, Estiramantens e partilha com Olhão, que se não estava errado era a M514, que estava muito degradada, pelo que gostava de saber para quando a intervenção, se seria no corrente ano que aquela estrada seria recuperada porque a pavimentação era urgente naquele lugar, tal como em Santo Estevão, cuja estrada municipal era a mesma, de Santo Estevão ao Pingo Doce passando pela Sinagoga e Baleeira, onde também estava muito degradada e a necessitar de pavimentação. Assim, gostava de saber concretamente quando seria executada aquela pavimentação.-----

----No discurso do Presidente da Câmara Municipal pelas comemorações do dia 25 de Abril, nomeadamente quanto à promoção da cidadania e garantia da igualdade de oportunidades, tinha dito que o Executivo tudo faria para conseguir ultrapassar todos os obstáculos e problemas com os quais eram confrontados. Nesse sentido, no final do ano de 2016, em Cabanas, tinha sido colocado na área nascente uma vedação na zona de domínio público marítimo, Casa Carvalho Serqueira. A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) tinha determinado, no parecer que tinha emitido, que seria colocada uma vedação a norte da passagem o que não tinha sido respeitado pelo proprietário significando que presentemente não existia passagem quer para a frente para o outro terreno quer para a praia. Visto a APA através da legislação, dos seus poderes e competência ter forma para ultrapassar situação, apelava à Câmara Municipal para que de uma forma firme e rápida conseguisse criar condições para que a situação fosse corrigida porque se tratava de uma situação ilegal cuja legalidade deveria de ser reposta pois em Portugal ninguém estava acima da lei.-----

----O Cidadão Jorge Pereira disse que lamentava a saída do Deputado Municipal Brandão Pires.-----

----Já tinha sido ali referido o cais da Ilha de Tavira e ele gostava de questionar sobre outros projetos eleitorais do Presidente da Câmara Municipal desde há doze anos, nomeadamente, o Pêgo do Inferno, a reparação da rotunda da nora mourisca que tinha sido partida e não tinha sido reparada até ao momento, a pintura exterior do Bairro Social da Quinta das Salinas, o parque infantil da Porta Nova, a manutenção do Jardim da Água do Alto de São Brás, o edifício sede da Armação do Artista, a ponte provisória, o Porto de Pesca que deveria ser a primeira intervenção a ser executada, a água em rede para a Picota e Vale Junco, a limpeza das árvores do Mato Santo Espírito e a requalificação do Museu da Água.-----

----O Cidadão Hugo Pena informou que estava ali como representante do Movimento de Cidadania dos Utentes da Estrada Nacional 125 Sotavento e que gostava de colocar três questões ao Presidente da Câmara Municipal de Tavira, todavia uma vez que ali tinha sido referido por algumas vezes o Movimento que representava, pretendia tecer algumas considerações que julgava importantes, nomeadamente quanto ao que tinham vindo a realizar desde que existiam.-----



---Tinham formado aquele Movimento no passado dia 19 de janeiro e estava ali com António José Fernandes que também era seu companheiro e camarada de luta naquela causa, sendo que naquele espaço de cerca de três meses tinham desenvolvido várias ações que consideravam importantes e que provavelmente seriam o que tinha despoletado a urgência por parte do Governo na concretização das novas intervenções. -----

---O Movimento tinha sido apresentado a quem de direito, pois tinham criado uma petição que já estava entregue na Assembleia da República que contava com sete mil, cento e oitenta assinaturas. Tinham entregado a petição juntamente com uma carta dirigida ao Presidente da Assembleia da República que não os tinha podido receber, tendo sido recebidos pelo Vice-Presidente, onde constava a ilustração, imagens do estado deplorável em que a EN125 se encontrava.-----

---Acrescentou que se tratava de um Movimento cívico, totalmente apartidário cujo objetivo era o de alertar toda a população e todos os responsáveis pela estrada, os concelhos, as autarquias, o país, para o estado caótico em que a mesma se encontrava e que todos ali já tinham colocado em causa.-----

---No pouco tempo de existência tinham também conseguido sete reportagens televisivas, duas na SIC, duas na TVI, duas na RTP e uma na CMTV, várias entrevistas em rádios nacionais, Antena 1, Rádio Renascença e também em rádios regionais, Rádio Gilão e Guadiana. Tinham dirigido quatro cartas, ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas e ao Presidente da AMAL. As cartas tinham sido emitidas entre dezoito e vinte de março e já tinham obtido duas respostas, do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, sendo que das outras duas entidades nada tinham recebido o que esperavam ocorresse em breve pois pensava serem merecedores desse respeito.-----

---Outra situação que era importante também referir era que se tratava de um Movimento sem qualquer interesse partidário, pois como já tinha dito eram completamente apartidários e o que tinham vindo a assistir tanto nas assembleias municipais como em reuniões de Câmara fosse de que Autarquia fosse eram constantes culpas e desculpas de um lado para o outro. Portanto considerava que deveriam ser todos imparciais, obviamente sem deixar as convicções de cada um, mas estarem juntos numa causa pois pensava ser aquela uma das razões que o Algarve não progredia naquele caso particular e concreto da EN125. -----

---Tinham ali sido ditas algumas inverdades sendo que, quem as tinha proferido ou desconhecia a situação, os contornos da mesma, ou o Diretor do Tribunal de Contas não estava a falar verdade. Ele e António José Fernandes tinham tido a felicidade de estarem presentes diretamente com o Presidente do Tribunal de Contas, Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António onde tinham colocado a questão da EN125, da renegociação dos contratos de concessão e, que vinham a verificar pelo menos desde ano de 2015, as constantes desculpas com o Tribunal de Contas a ser responsável pela não execução ou pelos atrasos. O Diretor do



Tribunal de Contas tinha-os esclarecido que o processo de concessão para a EN125 no troço Olhão nascente a Vila Real de Santo António tinha dado entrada nos serviços do Tribunal única e exclusivamente em 27 de outubro de 2017, tendo sido devolvido em 11 de dezembro de 2017 por não se encontrar em condições de obtenção de visto. Tinha dado entrada novamente no Tribunal de Contas em 14 de março de 2018 e o Tribunal de Contas tinha-o devolvido catorze dias depois, em 28 de março de 2018 a pedir esclarecimentos referentes a sessenta questões que tinham colocado. -----

--- O Tribunal de Contas dispunha de trinta dias para visar o processo, que não acontecendo, seria considerado visado tacitamente. Porém devido ao facto de terem tido dúvidas tinham solicitado esclarecimentos à Infraestruturas de Portugal que até à presente data ainda não tinham prestado qualquer esclarecimento. Não tinha conhecimento da legislação mas custava-lhe entender que o Tribunal de Contas tivesse o prazo de trinta dias para visar um processo e quando pedia esclarecimentos não houvesse um prazo estabelecido para as entidades prestarem os respetivos esclarecimentos. Assim se as Infraestruturas de Portugal entendessem responder dentro de um ano teriam que aguardar parecendo, como tinha sido dito pelo Presidente do Tribunal de Contas, que o processo não seguia por falta do Tribunal de Contas. Portanto pensava que alguém não estava a dizer a verdade e, tal como os presentes, supunha que o Presidente do Tribunal de Contas era uma pessoa idónea que certamente saberia melhor que todos o que tinha dito até se tendo sentido algo incomodados com a situação ao ponto de terem promovido um comunicado à Comunicação Social com a explicação, pelo que as desculpas com o Tribunal de Contas não eram verdadeiras. -----

--- O Cidadão Hugo Pena acrescentou que gostariam que sempre que os deputados municipais pudessem e assim o entendessem, se juntassem a eles naquela luta, sendo que brevemente seriam recebidos na Assembleia da República numa audição que serviria de preliminar para o plenário onde iriam estar presentes para discutirem o tema da requalificação da EN125. -----

--- Quanto às questões que tinha para colocar ao Presidente da Câmara Municipal que já há vários anos era Presidente da Autarquia, era sobre o que tinha feito, que posições públicas tinha assumido para a rápida requalificação da EN125 pois o problema englobava quatro concelhos, Castro Marim, Vila Real de Santos António, Tavira e Olhão. -----

--- Outra questão que gostava de colocar uma vez que já tinham como certo os "remendos" da EN125 até ao verão, era o que estava o Presidente da Câmara Municipal a pensar fazer por forma a acelerar ainda mais o processo. Como sabiam estava previsto no contrato de parceria público-privada com uma verba de cerca de um milhão de euros que seria considerada uma verba de emergência ou de urgência, ativada presentemente no âmbito da renegociação do contrato cuja ata tinha sido assinada no mês de agosto do ano de 2015. Logicamente que o Presidente da Câmara Municipal poderia ou pretenderia não responder, mas pretendia saber por que razão é que após tantos anos, apenas no presente era importante executar aquelas repavimentações. -----

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

----A terceira pergunta que pretendia colocar referia-se ao facto de estarem previstos apenas cerca duzentos e cinquenta mil euros do milhão de euros que tinha referido, para o “remendo” que iriam executar em trinta e oito quilómetros, desde Olhão nascente ao limite do concelho de Castro Marim, Vila Real de Santo António, estando quinhentos mil euros disponibilizados para a ponte do Almargem. Assim gostava de saber porque é que a intervenção na ponte do Almargem era mais importante que os restantes trinta e oito quilómetros, se estaria em risco de colapso. Formulava aquela questão sem qualquer interpretação maldosa, questionando também qual a razão por que a restante verba seria aplicada na variante da EN124 e noutra local que não se recordava do número da estrada e existia aquela parcela que representava metade da verba que estava destinada à ponte do Almargem.-----

----Concluiu reiterando o apelo para que fossem todos unidos pois dessa forma talvez conseguissem melhores condições para o Algarve, não apenas Hospital ou habitações, mas também a EN125 que considerava que muito necessitavam.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que iria iniciar a intervenção pela esclarecer as últimas questões que tinham sido colocadas, e que agradecia todas as questões.-----

----Saudava as iniciativas do Movimento pois todas as iniciativas para a resolução dos problemas eram boas mas o facto de existir um Movimento não queria dizer que trabalhassem mais que os outros que também estavam a trabalhar para o mesmo. Costumava dizer que as pessoas funcionavam nas várias posições que ocupavam convergindo para um mesmo objetivo. O que pretendia dizer era que quando o Movimento tinha sido formado, e ele tinha tomado conhecimento naquele momento que tinha sido no dia 19 de janeiro daquele ano, tinham envolvido os presidentes das câmaras de Castro Marim e Vila Real de Santo António, todavia não se recordava de ter sido contactado pelo Movimento questionando-o sobre se também pretendia aderir. O Movimento tinha vindo a realizar o seu trabalho, o que lhe parecia bem não tendo nada contra, contudo os seus colegas de Castro Marim e Vila Real de Santo António também nada lhe tinham dito para se juntar ao Movimento.-----

----Do que se ia apercebendo, considerava que naquele processo havia quem dissesse a verdade e quem mentia, o que estava confirmado pelo que tinha sido exposto. Não dizia que as pessoas eram enganadas, mas que se jogava com as palavras sendo verdadeiro o que tinha sido dito relativamente ao Tribunal de Contas, todavia tinham que retroceder um pouco mais porque dizerem que o Governo era desonesto por ter alegado o Tribunal de Contas e o processo apenas ter entrado literalmente em outubro de 2017, o que pensava não estar correto uma vez que o Governo apenas tinha concluído o processo de renegociação em setembro, remetendo o processo ao Tribunal de Contas que alguns dias depois tinha-o devolvido com sessenta perguntas colocadas às Infraestruturas de Portugal que teriam que responder. Numa reunião que tinha tido recentemente tinha tomado conhecimento que as respostas estavam a ser preparadas, porque tinham que ser respondidas com rigor, concretamente, passando pelo Ministério das Finanças e contemplar a situação dos Sindicatos Bancários.-----

----Dado que a sua posição tinha sido questionada, explicava que quando o Governo era do PSD e tinha acabado com a Parceria Público-Privada (PPP), o seu Secretário de Estado das Obras Públicas diminuía custos, tendo feito desaparecer na concessão do Algarve, que tinha sido adjudicada à Tecnovia, os custos de manutenção e cinquenta e dois quilómetros, passando a intervenção a terminar do lado poente de Olhão, o que originava olhanenses de primeira e olhanenses de segunda.-----

----Em determinada altura e não se recordava de mais nenhum Presidente de Câmara Municipal o ter feito tendo o assunto sido levado à AMAL, ele tinha proferido a seguinte frase: *"Isto é uma pouca vergonha porque estão a criar algarvios de primeira e algarvios de segunda"* e a partir dessa altura não mais se tinha calado apesar de estar mais ativo em determinados momentos uma vez que presentemente tinha minimamente a ideia de como os processos estavam a decorrer.-----

----A estrada estava realmente muito má pelo que a Comissão de Utentes tinha razão, como todos tinham, até porque ele próprio era utente da estrada visto morar no sotavento, *"no Algarve de segunda"*, onde tinha sido colocado pelo Governo do Secretário de Estado Sérgio Monteiro.-----

----Com a entrada do atual Governo tinha-se verificado que a Tecnovia não aceitava o *haircut* da concessão porque o que tinha sido dito anteriormente, não estava vertido nos contratos e tratando-se de um contrato no valor de cento e oitenta milhões de euros a renegociação para o dividir não tinha o processo visado. O que tinha sido efetuado com o pretexto de simplificar o processo era que iriam apenas ter uma PPP para Barlavento sendo o Sotavento entregue às Infraestruturas de Portugal que, ao ter tomado conhecimento daquela notícia, tinha ficado indignado. Uns dias antes tinha falado com o Diretor das Estradas de Portugal (EP) do Algarve a quem tinha solicitado a pavimentação da EN270, onde apenas tinham colocado *"slurry"*, que lhe tinha pedido desculpa e explicado que não dispunham de verba para nada, pelo que ele não compreendia como é que o Diretor Nacional das Estradas de Portugal lhe dizia diretamente que iriam ficar amplamente beneficiados porque o assunto iria ser totalmente resolvido.-----

----Assim que o Governo atual tinha tomado posse através da AMAL, da qual era Presidente, tinham-lhe feito chegar diversos comunicados. O Governo tinha-se defrontado de imediato com aquele processo pois o Sindicato Bancário com capital de bancos estrangeiros que estavam a financiar, não pretendiam continuar, sendo que o Governo tinha levado cerca de um ano a renegociar a questão.-----

----Pensava que os utentes tinham razão no que tinham feito chegar ao Governo, e ele tinha transmitido, não há muito tempo, ao Ministro Pedro Marques que era o Secretário de Estado por altura da apresentação da sua candidatura à Câmara Municipal em que tinha estado em Tavira para apadrinhar a candidatura, que a questão estava a demorar tempo a mais para ser resolvida pelo que não iria voltar a indicar datas porque o Governo se tinha comprometido que em 2017 executariam a intervenção. O que tinha acontecido era que o Governo tinha tido que fazer a renegociação com o Sindicato Bancário, que acreditassem, não tinha sido um processo fácil.-----

----Depois do *haircut* da concessão os quatro presidentes das câmaras municipais do Sotavento tinham tido que validar o troço, por exemplo onde ficava localizada uma rotunda, ficando este com menos rotundas do que estava projetado, tendo por isso estado bastante tempo envolvidos naquelas correções. Pensava que a partir de determinada altura já não havia defesa, pelo que apenas lhes restava contestar junto do Governo, o que a AMAL já tinha feito há cerca de dois anos através de três comunicados. O assunto EN125 sempre tinha sido falado, no entanto devido à conclusão da intervenção em Olhão ponte presentemente tornava-se mais visível, contudo era uma situação que ele já notava ainda a intervenção vinha em Lagos pois já sabia o que iria acontecer.-----

----A Tecnovia ainda não tinha recebido o pagamento porque o processo tinha que ser visado, tendo o Sindicato Bancário importância na resolução do assunto, as negociações com o Governo apenas tinham terminado em setembro de 2017 entrando o processo para visto do Tribunal de Contas apenas em 2018. Como sabiam a Tecnovia tinha subempreiteiros, nomeadamente a Maja Construções, que após uma conversa que tinha tido, tinha ficado a saber que ainda lhes deviam um milhão de euros. Tinha falado com os empreiteiros pois estava muito envolvido na questão, contudo não fazia alarido.-----

----O Presidente da Câmara Municipal continuou dizendo que o cidadão Hugo Pena tinha toda a razão ao referir que a renegociação do processo tinha terminado em setembro e em outubro o processo tinha sido remetido ao Tribunal de Contas. Diziam que o Governo tinha demorado muito tempo na renegociação mas de acordo com a informação que dispunha os Bancos não tinham facilitado o processo e, para remeter ao Tribunal de Contas era necessário que o processo contivesse todos os indicadores pois não estando em conformidade o visto seria recusado criando-se um problema gravíssimo. Todavia não era ainda certo que o Tribunal de Contas concedesse o visto, pelo que era importante que o processo estivesse bem instruído.-----

----Na sequência de uma visita do Secretário de Estado e do Presidente das Estradas de Portugal, tinham-lhe dito que estavam em condições de responder às sessenta perguntas formuladas pelo Tribunal de Contas na sexta-feira anterior, e que esperavam que não voltassem a levantar mais questões, que a acontecer certamente seriam em menor número pelo que teriam mais capacidade de resposta. Ainda tinham informado que esperavam ter o visto do Tribunal de Contas no final do mês de maio seguinte em cumprimento do prazo que o Tribunal de Contas tinha pois, uma vez que já tinha passado cerca de dez dias e ocorrendo o visto tácito ao final de trinta dias úteis, o prazo era suspenso cada vez que o processo voltava ao promotor para a resposta às questões levantadas que tinha que responder, se não estava enganado, no prazo máximo de sessenta dias sob pena do Tribunal de Contas não conceder o visto por falta do proponente.-----

----Tinha partilhado com os restantes presidentes de câmara a informação que o Secretário de Estado e o Presidente das Estradas de Portugal lhe tinham dado de que já tinham verba disponível, dezoito milhões de euros, sendo que a partir da obtenção do visto do Tribunal de Contas quanto à divisão dos

contratos, cento e trinta e um quilómetros que passavam para as Infraestruturas de Portugal, lançariam o concurso esperando que no início de 2019 tivessem obra, o que até coincidia com o circulo eleitoral o que era bom quer para as pessoas, quer para o Governo, pois o que pretendiam era que a estrada fosse arranjada, uma vez que existiam rotundas no concelho que estavam vidradas, buracos na zona da Conceição/Cabanas e na Praia Verde a situação encontrava-se há anos num descalabro total. Nem tudo era jogada política apenas para iludir as pessoas, sendo que ficaria bastante desiludido e a sentir-se enganado se o visto do Tribunal de Contas não acontecesse.-----

---A Comissão de Utentes tinha vindo a realizar um bom trabalho, movimentando-se, colocando o tema na Comunicação Social, envolvendo muitas pessoas, pelo que os parabenizava, até porque não estavam a pedir nada impossível, nada injusto, tendo direito ao mesmo tipo de tratamento que o outro lado do Algarve, dizendo que não eram algarvios de segunda, pelo que tinham o seu apoio.-----

---Pensava que o Governo também já se tinha apercebido que tinham que acelerar a reabilitação da estrada sendo que mesmo os políticos da linha do Governo referiam que não havia defesa. O Secretário do Estado tinha-se dirigido ao Algarve para anunciar a disponibilização imediata de um milhão de euros ainda no âmbito do contrato em vigor, uma vez que na pré-negociação tinha ficado uma parte que permitia ao Governo pedir à concessionária para executar intervenções de emergência que eram obras para aferir o padrão de qualidade da estrada por via de uma norma que as Estradas de Portugal tinham, sendo que as estradas em situação inferior não podiam existir e a EN125 tinha baixado drasticamente o nível.-----

---Há uns meses atrás, o Governo já com contrato renegociado tinha notificado a concessionária Tecnovia para a execução das obras de emergência, para o que tinham estabelecido um prazo. O Secretário do Estado tinha vindo anunciar que a Tecnovia tinha informado que não iriam executar qualquer obra de emergência pois estavam a executar a intervenção que lhes competia tendo a parte de Olhão até Vila Real de Santo António passado para as Infraestruturas de Portugal. Assim, nos termos do contrato anterior o Governo iria adiantar um milhão de euros para as obras de emergência que após o visto do Tribunal de Contas apresentariam à concessionária para pagar. Tinham comprovadamente sido lançados três concursos sendo quinhentos mil euros alocados à ponte do Almargem no concelho de Tavira, cuja intervenção não tinha pedido, como não tinha pedido alguma. O que tinha dito era que a estrada constituía um processo difícil, que existiam três situações urgentes até porque pensavam que o processo seria muito menos complexo. Era importante e urgente resolver, a zona da saída de Olhão nascente até à rotunda para a Via do Infante, a zona de Cacela até à bomba de gasolina da BP que estava em muito mau estado e, como ele próprio tinha apontado, a Rotunda da Nora em Tavira que não tendo buracos tinha o piso vidrado não tendo camada de desgaste e sempre que chovia havia acidentes transformando-se num ponto negro.-----

----Uma emergência que tinham era a ponte do Almargem cuja intervenção custaria cerca de quinhentos mil euros ficando a restante verba para a estrada. A justificação para aquela intervenção residia no facto da ponte estar a cair, pelo que ficaria desde logo definitiva já não sendo contemplada no contrato de execução. A ponte encontrava-se muito desgastada pelo que um sismo de pequena dimensão poderia fazê-la desmoronar, sendo que a única possibilidade de passagem seria a velha ponte do Almargem.-----

----Perguntavam qual tinha sido a sua participação naquele processo, não dizia que tinha feito muito ou pouco pois considerava que as ações de cada um se completavam, mas tinha estado muito ativo, tinha tido muitas conversas, tinha efetuado muita pressão, tal como a Comissão, pois como diziam não existiam naquele assunto partidos políticos, sendo que todos contavam, sendo que o que não fazia era andar a divulgar. Tinham referido que os presidentes de Castro Marim e Vila Real de Santo António se tinham associado, pois considerava-os bem-vindos ao processo, sendo que todos eram solidários naquela matéria visto que o que pretendiam era que a estrada fosse arranjada.-----

----O Presidente da Câmara Municipal continuou respondendo à pergunta do que estava a pensar fazer, dizendo que era o que sempre tinha feito, pressão, visto considerar que cada um no seu patamar deveria pressionar, como noutras questões, pois se estivessem todos a trabalhar de diferentes formas conseguiam melhores resultados. Se não tivessem ninguém em Lisboa, não conseguiriam resultados, pelo que também podia fazer manifestações mas considerava importante utilizar os meios de que cada um dispunha consoante o patamar em que se encontravam porque o que interessava era que conseguissem que a estrada fosse arranjada, o que até era de interesse do Governo que brevemente se iria submeter a eleições, não lhe interessando que existissem muitas pessoas contra. Assim com a intervenção concluída todos ganhavam.-----

----Tinha explicado o que tinha feito, o que estava a pensar fazer e a razão por que tinha sido disponibilizado um milhão de euros, sendo que tinha sido enganado até 2017, ano em que na Comunicação Social o tinha expressado. Estavam em 2018 e a situação mantinha-se pelo que, tendo o Governo tentado explicar a complexidade do processo às pessoas, que percebia mas não aceitava, todavia cada um tiraria as suas conclusões. O Governo estava a ser pressionado o que considerava bem, porque a questão tinha que ser resolvida, na medida em que a estrada já era mais um buraco inteiro e sobretudo quando esta já tinha um bom tapete até Olhão, com o que não pretendiam pactuar.-----

----Para concluir disse que as obras que iriam ser realizadas, sendo uma verba pequena, eram mais que tapar buracos pois iriam garantir que as zonas mais difíceis ficassem regularizadas. Algumas iriam ter filas para os rodados passarem enquanto pusessem a circulação da via, asphaltando, entre outras. Não acreditava que regularizassem zonas completas mas o que interessava era que o local por onde passavam as rodas deixasse de ter buracos que partiam os eixos dos veículos tal como as bermas. Esperava que se o concurso fosse aberto entre maio e junho, pudessem aspirar que sete meses depois

tivessem obra no terreno. Antes do verão verificariam se o concurso era ou não aberto sendo que no dia em que houvesse o visto do Tribunal de Contas poderiam começar a marcar na agenda.-----

----Terminou dizendo que tinha estado com o Primeiro-Ministro que tinha reforçado a informação que estava a prestar para todos os presentes.-----

----Reiterou os parabéns pelo trabalho que a Comissão de Utentes estava a desenvolver reforçando que estavam todos juntos naquela causa.-----

----O Cidadão Hugo Pena disse que apenas pretendia reforçar que o Movimento não era partidário.-----

----Pretendia também esclarecer que sabiam dos muitos esforços que o Presidente da Câmara Municipal de Tavira tinha vindo a desenvolver mas que, provavelmente teria sido a primeira vez que tinha falado do assunto com tanto detalhe perante a Assembleia Municipal.-----

----O Presidente da Câmara Municipal disse que quando lhe perguntavam ele detalhava esperando que saíssem dali esclarecidos com aquela informação que dispunha. Se iriam cumprir, diria dentro de dois ou três meses, mas que não tinha dúvidas quanto à realização das intervenções de emergência porque os concursos já tinham sido abertos. Quanto ao serem definitivas, apenas seria a da ponte do Almargem que pelas razões que já tinha explicado tinha um concurso à parte.-----

----Quanto à questão dos jardins colocada pelo Cidadão Luís Fernandes tinha tomado a devida nota. Estavam a acontecer intervenções um pouco por toda a parte, sendo que a preocupação quanto aos jardins já estava identificada e passada aos serviços. Estavam a solucionar várias situações que pretendiam que especialmente antes do verão estivessem concluídas. Havia concursos para lançar referentes à manutenção mas tinha a noção que nunca seriam do agrado de todos.-----

----Relativamente à estrada Butoque-Estiramantens seria pavimentada, contudo não conseguia garantir que tal acontecesse em 2018. Praticamente poderia garanti-lo para 2019 pois estava a ser elaborado o projeto que continha meia dúzia de quilómetros. Se conseguissem pavimentar até ao final do corrente ano, seria ótimo, mas presentemente tinham aberto concurso para pavimentações na vila de Santa Luzia de modo a completar o que tinha ficado por fazer.-----

----No que se referia à estrada Santo Estevão-Pingo Doce a situação era idêntica pelo que não podia indicar uma data para não carregar ainda mais o ano de 2019, sendo certo que naquela estrada estava a ser colocado saneamento em Almiranta pelo que era importante aguardar devido à necessária compactação do terreno para posterior pavimentarem. Como o Cidadão Luís Fernandes sabia quando eram colocadas manilhas tinham que esperar para que o terreno abatesse pois caso contrário poderia acontecer o mesmo que na Amaro Gonçalves que tinha ficado às ondas devido ao abatimento do terreno. O mesmo já não acontecia relativamente à empreitada que iriam lançar que compreendia o limite do concelho na Luz, Lameiro e Fundo, onde se não estava enganado tinha sido colocado saneamento há cerca de dois anos pelo que já se encontrava em condições de ser lançado concurso visto a estrada já não abater mais.-----

----Quanto à vedação em Cabanas tinha tomado a devida nota e iriam falar novamente com a APA.-----

----Passando às questões do Cidadão Jorge Pereira disse que o Pego do Inferno estava renaturalizado tendo sido retiradas as estruturas e não estavam a pensar colocar mais nada naquele local.-----

----O processo dos equipamentos da Rotunda da Nora que tinham sido retirados para reparar estavam a aguardar que o ferreiro a quem tinha sido entregues concluísse o serviço para procederem à sua montagem.-----

----Relativamente ao Porto de Pesca estava em conversação com a Docapesca esperando ter novidades em breve.-----

----Em relação à pintura do Bairro Social da Quinta das Salinas, local onde o Cidadão Jorge Pereira tinha residência, seria pintado oportunamente numa das fases seguintes de pintura de Bairros Sociais.-----

----Pensava que a intervenção no Parque Infantil da Porta Nova já se encontrava adjudicada à empresa Infrasul - Construções e Infraestruturas, Lda. num processo conjunto de vários parques infantis que iriam ser todos requalificados.-----

----Quanto à água da Picota a obra já se encontrava a decorrer como era visível.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no período da ordem do dia passando ao ponto número um referente à apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal.-----

----O Presidente da Câmara Municipal referiu várias exposições realçando a exposição "*50 anos de pintura... até Tavira*" obras de António Carmo.-----

----Indicou as demonstrações da Dieta Mediterrânica e muitos outros eventos que se tinham realizado.-----

----Destacou nos eventos desportivos o "*Algarve Bike Challenge 2018*" que tinha sido muito interessante.-----

----Referiu o "*3 Trail Cachopo Solidário 2018*", a "*14ª Edição Abas da Geada 2018*", o "*I Encontro Nacional Andebol Adaptado para Deficiência Intelectual*" e a "*2ª Estafeta da Liga dos Combatentes Faro-Olhão-Tavira*".-----

----Mencionou a XV Edição do "*Festival de Gastronomia Serrana*" que tinha terminado e informou que se iria iniciar em maio seguinte o Festival de Gastronomia do Mar.-----

----Disse que se tinha realizado o "*Festival Nacional de Acordeão de Cachopo*".-----

----Realizou-se a "*Semana da Leitura*" na Biblioteca Municipal Álvaro de Campos.-----

----Mostrou imagens de algumas celebrações realizadas na Semana Santa.-----

----Quanto ao Programa "*Viva a Primavera*" referiu que havia uma vasta programação que estava a decorrer com quarenta e cinco iniciativas organizadas por quinze associações, com um valor orçamental de setenta mil euros. No âmbito do Programa "*Viva a Primavera*", para além do número de iniciativas já referido, tinha-se realizado ainda o Concerto da Páscoa "*Petite Messe Solennelle*" de Rossini.-----

----Realizou-se uma ação de limpeza, "*Limpar a Ria*" em Cabanas.-----



----Realçou a comemoração do 130º aniversário dos Bombeiros Municipais de Tavira.-----

----Passando ao tema de obras e urbanismo, o Presidente da Câmara Municipal informou que o concurso da ponte estava para lançamento.-----

----Quanto ao Cineteatro António Pinheiro, o processo encontrava-se para aprovação da minuta de contrato que ocorreria na Reunião de Câmara seguinte.-----

----Estavam a lançar um procedimento no valor de setenta mil euros para o reforço da sinalização da Ecovia.-----

----Quanto ao processo da Escola de Santo Estevão encontrava-se no Tribunal de Contas. Tratava-se de uma intervenção no valor de seiscentos e trinta mil euros para uma escola praticamente nova.-----

----A intervenção nos parques infantis do concelho estava adjudicada à Infrasul estando o procedimento em fase de apresentação da caução.-----

----Tinham acionado a garantia bancária para acabar a intervenção da Rua do Poço Vaz Varela.-----

----Tinham vindo a realizar um conjunto de obras de conservação da rede viária sendo que a empreitada de requalificação da EN270 já se tinha iniciado.-----

----A intervenção na Rua Comunidade Lusíada já estava concluída tal como as obras de conservação e beneficiação da rede viária do concelho – Rua Francisco Sá Carneiro, Rua 25 de Abril, urbanização da Asseca e EM508.-----

----Quanto às obras de conservação na cobertura exterior do mercado, estava concluída. Contudo teriam que lançar um novo procedimento para outra parte que tinha voado na intempérie ocorrida no corrente ano tendo as placas sido retiradas, pelo que teriam que elaborar um procedimento igual ao anterior.-----

----Referiu a substituição de árvores em arruamentos de Santa Luzia seguindo-se posteriormente em Tavira.-----

----Disse que tinham uma empreitada para a requalificação de passeios e estacionamento.-----

----O Pavilhão Eduardo Mansinho tinha um telhado novo.-----

----A intervenção no Edifício do Compromisso Marítimo já tinha reiniciado sendo que não iria voltar a ser suspensa até à sua conclusão.-----

----Tinham vindo a colocar muito mobiliário de cozinha e portas nos edifícios de habitação social.-----

----A intervenção da Biblioteca Municipal Álvaro de Campos, como podiam ver, encontrava-se concluída.

----Quanto à Escola da Conceição de Tavira porque a intervenção já estava a iniciar-se, os alunos estavam a ter aulas em contentores.-----

----Terminou informando que a Rua da Galeria já estava com o piso regularizado.-----

----O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número dois referente à apreciação da relação de procedimentos realizados ao abrigo da *“Autorização genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais”*.-----

---O Presidente da Câmara Municipal explicou que se tratava de um conjunto de procedimentos com compromissos plurianuais relativamente aos quais tinha que ser dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número três, recomendação da adesão do Município de Tavira à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, que consistiam numa recomendação do Presidente da Assembleia Municipal para a adesão do Município de Tavira àquela Associação.-----

---Tratava-se de uma Associação criada em 2016, que tinha alterado os estatutos em 31 de maio de 2017. Tinha como objetivo a valorização do papel das assembleias municipais sendo associados os municípios representados pelos presidentes das assembleias municipais ou por quem o mesmo delegasse. Assim, tratava-se de uma recomendação à Câmara Municipal uma vez que a adesão estava sujeita a uma quota anual no valor de mil, duzentos e cinquenta euros, no caso do concelho de Tavira por ter uma população entre quinze e quarenta mil habitantes, pelo que a Assembleia Municipal recomendava à Câmara Municipal a adesão à ANAM e que procedesse ao pagamento da quota uma vez que a Assembleia Municipal não possuía verba.-----

---Dirigindo-se ao Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal questionou se pretendia pronunciar-se quanto à recomendação.-----

---O Presidente da Câmara Municipal afirmou que naquelas matérias nunca existiam conflitos institucionais. A recomendação seria levada a Reunião de Câmara para ser apreciada e votada.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação da Assembleia Municipal número 01/2018/AM, referente à adesão do Município de Tavira à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número quatro relativo à apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 53/2018/CM, referente à adenda ao acordo de execução celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia de Conceição e Cabanas.-----

---O Presidente da Câmara Municipal explicou que aquela situação resultava do facto de no acordo de execução formalizado existir uma adenda relativa aos funcionários da Câmara Municipal na Junta de Freguesia. Porque um dos funcionários tinha solicitado voltar para a Câmara Municipal, o que não tinha efeitos financeiros pois a Câmara Municipal já era quem pagava o vencimento do funcionário deslocado na Freguesia da Conceição e Cabanas de Tavira, apesar do parecer negativo emitido pela última que tinha passado a positivo a bem do estado biopsicológico do colaborador, este já se encontrava a trabalhar na Câmara Municipal, sendo portanto necessário proceder à alteração da adenda do acordo de execução.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 53/2018/CM, referente à adenda ao acordo de execução celebrado entre o Município de Tavira e a Freguesia da Conceição e Cabanas a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto número cinco e último, sobre a apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal número 65/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----

---O Presidente da Câmara Municipal explicou que sendo o Presidente da Junta de Freguesia de Tavira um homem particularmente atento, tinha levantado uma questão também apresentada presentemente pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo.-----

---Tratava-se pois de um processo similar ao que já tinham decidido quando o Presidente da Junta de Tavira tinha apresentado uma proposta por não achar justo, o que tinham reconhecido, pagar a eletricidade dos motores dos furos, das bombas, colocados pela Câmara Municipal na serra e que se responsabilizava pelas suas reparações e substituições, pelo que tinha apresentado uma proposta para que a Câmara Municipal pagasse a eletricidade correspondente, o que o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo também estava a solicitar. Para o efeito tinha apresentado as faturas de eletricidade dos furos dos muitos locais onde existiam de modo a serem ressarcidos daquele valor de cerca de oito mil euros, que sendo a proposta aprovada, seriam devolvidos à Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo e as faturas de eletricidade dos furos, tal como já eram os motores, passariam a ser liquidadas pela Câmara Municipal.-----

---O Deputado Municipal Leonardo Martins disse que aquela situação poderia ter sido resolvida no tempo em que ele era o Presidente da Junta mas que não tinha sido contemplada na renegociação dos protocolos. Porém no seu âmbito do protocolo já recebiam uma verba bastante elevada para liquidarem aquele custo e portanto considerava que os atuais presidentes de junta estavam a ser beneficiados porque recebiam através do protocolo e, no momento, pela faturação.-----

---O Deputado Municipal Carlos Sousa lembrou que a verba não era para o Presidente de Junta mas para a Freguesia como o Deputado Municipal Leonardo Martins tinha referido. Queria agradecer pois aquela verba fazia falta à Freguesia.-----

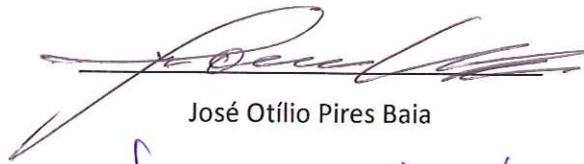
---Aproveitava a intervenção para convidar quem quisesse estar presente na Umbria do dia 1 de Maio que seriam recebidos com muito agrado.-----

---O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta número 65/2018/CM, referente à atribuição de apoio à Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo a votação, que foi aprovada por unanimidade.-----

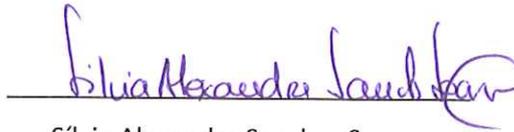
---Efetuada a leitura das minutas foram todas aprovadas por unanimidade.-----

---Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pela uma hora e dez minutos, da qual, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

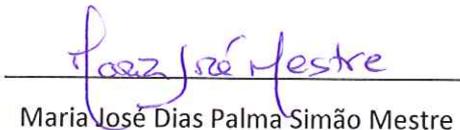
A MESA DA ASSEMBLEIA,



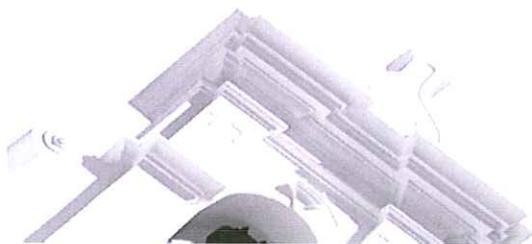
José Otílio Pires Baia



Sílvia Alexandra Sanches Soares



Maria José Dias Palma Simão Mestre



Doc. Nº. 1
Aey.

município
tavira

VOTANTES ATA 27-02-2018 EM 27-04-2018

	Nomes	Formação partidária	Presenças
1	Ana Cristina dos Santos Palmeira	PS	
2	Ana Margarida Franco de Mendonça Viegas e Silva Baioa	PSD	
3	Ângelo Filipe Silva Pereira	PS	
4	Artur António Guerreiro Sanina	BE	
5	Carla Patrícia Maié Martins	PS	
6	Carlos Alberto Nunes dos Santos Marcelino	NC	
7	Carlos Manuel Viegas de Sousa	PS	
8	Elsa Maria da Conceição Martins	PS	
9	Fernando Manuel Soares Germano Rodrigues	PS	
10	Joaquim José Brandão Pires	PS	
11	Jorge Humberto Martins Corvo	PSD	
12	José Epifânio Martins da Graça	PS	
13	José Liberto da Conceição Graça	PS	
14	José Mateus Domingos Costa	PS	
15	José Otilio Pires Baia	PS	
16	Leonardo António Gonçalves Martins	PSD	
17	Luis Filipe Albino Silva	PS	
18	Maria José Dias Palma Simão Mestre	PS	
19	Maria Manuela Gonçalves Romão	PS	
20	Maria Otilia Martins Cardeira	PS	
21	Muriel Cristina Dias	PSD	
22	Narciso dos Reis Martins Barradas	PS	
23	Nuno Filipe Gonçalves Diogo	PS	
24	Pedro Miguel Entrudo Soares	CDU	
25	Silvia Alexandra Sanches Soares	PS	



Bloco Esquerda/Tavira

Moção

Habitação acessível em Tavira

A habitação é um direito constitucional plasmado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, sublinhando-se a incumbência do Estado em colaboração com as autarquias locais, promover a construção de habitações económicas e sociais.

Tavira apresenta um parque de habitação municipal de cerca de 600 fogos, o qual representa 2,5% dos fogos existentes no concelho e cerca de 23 fogos de habitação social por mil habitantes, valor que estando acima da média nacional revela-se insuficiente para as necessidades dos munícipes, facto constatado pelo elevado número de inscrições para acesso a habitação social, com especial incidência na freguesia de Tavira.

Atualmente, em Tavira, os valores médios de rendimentos de muitas famílias e particularmente famílias jovens, são baixos, dificultando a possibilidade de obter crédito para aquisição de habitação própria, facto agravado pela realidade turística de Tavira que sendo alvo de elevada procura, coloca estes valores em patamares inalcançáveis para a maioria dos tavirenses, com os consequentes prejuízos que daí resultam. Por outro lado, quem consegue adquirir uma habitação a preços de mercado fica com encargos elevados, somente com a habitação, durante um enorme período de tempo e uma preocupante dependência à banca. Importa referir também que a realidade socioeconómica dos últimos tempos acabou por trazer consequências a uma grande maioria dos portugueses e de uma forma mais significativa às famílias mais vulneráveis, facto que contribui para que a vertente habitacional seja preponderante para o seu bem-estar.

As freguesias limítrofes têm apresentado uma continuada perda de população, em parte também devido à dificuldade em conseguirem condições de habitação nos seus locais de nascimento, optando por deslocarem-se para zonas mais apetecíveis em prejuízo da sua freguesia, que desta forma perde população e particularmente população jovem, com os consequentes aspetos negativos como sejam as perdas culturais e sociais.

Acresce a esta realidade a cada vez menor oferta de arrendamento de longa duração, conjugado com os elevados valores de arrendamento da oferta existente, leva a que muitas famílias não detenham capacidade de obter uma habitação condigna. O Alojamento local veio através da dinâmica que incutiu no concelho, retirar também oferta do arrendamento habitacional, condicionando a possibilidade de obtenção de habitação por parte das famílias e introduzindo um processo de gentrificação, agravado por uma aparente falta de sentido de urbanismo.



Desta forma a Assembleia Municipal reunida em 27 de Abril de 2018, delibera:

- 1- Requerer junto da Câmara Municipal de Tavira que no curto prazo, dê início a um processo de criação de nova habitação social/custos controlados em todo o concelho, principalmente incidindo nas áreas mais necessitadas.
- 2- Solicitar à Câmara Municipal de Tavira a elaboração de um regulamento municipal de apoio ao arrendamento cujo objetivo prioritário será direcionado para as famílias mais vulneráveis e para as que tendo capacidade financeira, a mesma é insuficiente para a obtenção de crédito.
- 3- Pugar para que o Município de Tavira inicie um processo de regulamentação sobre o alojamento local, culminando na deliberação de um Regulamento Municipal

O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda/Tavira

Artur Sanina



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E AO 1.º DE MAIO

Há 132 anos, no dia 1 de Maio de 1886, em Chicago, meio milhão de trabalhadores, ao invés de se deslocarem para os seus locais de trabalho, encheram as ruas da cidade, numa ação de luta pela redução da jornada de trabalho para as oito horas, tendo sido violentamente reprimidos pelas forças policiais, de que resultou o assassinato de vários operários e a condenação à morte de dirigentes sindicais. Três anos mais tarde, em 1889, o Congresso Internacional Socialista reunido em Paris, instituiu essa data - o dia 1 de Maio - como o Dia Internacional do Trabalhador.

Em Portugal, no Dia 1 de Maio, comemoramos não só a corajosa ação reivindicativa de Chicago, mas também o memorável 1º de Maio de 1974, em que o povo português saiu para a rua enchendo largos e praças, em celebração do fim do regime ditatorial que nos oprimiu durante meio século, e para festejar a reconquista da liberdade, da paz e da luta pelo direito a uma vida progressivamente mais justa, digna e feliz, que a Revolução dos Cravos nos restituiu.

Este 1º de Maio de 2018, ocorre num contexto nacional de esperança porque, após alguns anos de retrocesso económico e social, de regressão no que respeita às condições de trabalho dos portugueses, em confronto com as conquistas de Abril e com a própria Constituição da República Portuguesa, vivemos agora um período de valorização progressiva do trabalho, de combate ao desemprego, à precaridade e aos baixos salários.

Saudar o 1º de Maio - e o 25 de Abril -, significa saudar a luta pelo desenvolvimento social e económico, pelo reforço das funções sociais do Estado, pela defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores e das suas famílias, pela defesa da reposição e da conquista de direitos e rendimentos, pela valorização e efetivação das conquistas de Abril.



Exaltar o 25 de Abril e o 1º de Maio é fazer uma justa homenagem a todos os que lutaram pela liberdade no nosso país, pelos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa, por trabalho com direitos e por um país melhor, mais justo e mais desenvolvido.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2018, delibera:

1. Saudar o 44º aniversário do 25 de Abril ora ocorrido, bem como o 1º de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.
2. Saudar os valores e as conquistas da Revolução de Abril e manifestar o seu reconhecimento a todos os homens e mulheres que lutaram contra a ditadura, que contribuíram para o eclodir do 25 de Abril e que continuam a lutar e a defender a concretização dos valores de Abril.
3. Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras, particularmente os tavirenses, manifestando a sua solidariedade e empenho na luta por, progressivamente, melhores condições de trabalho e por uma vida mais digna e feliz; e,
4. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder á sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Aprovada, por e em Minuta.



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]



Grupo da ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TAVIRA

MOÇÃO

MAIS INVESTIMENTO PARA O ALGARVE e PARA TAVIRA

Na sessão de 24 de abril de 2014, esta Assembleia Municipal aprovou por unanimidade uma moção, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na qual se manifestava o seu regozijo com a inclusão dos investimentos previstos no PETI – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020, a concretizar no concelho e na região, e se exigia ao Governo em funções a inclusão dos pequenos investimentos rodoviários e marítimo-portuários, concorrendo dessa forma para a competitividade das empresas e a sustentabilidade socioeconómica do Algarve, para o aproveitamento dos recursos endógenos e para a criação de emprego.

Se numa primeira fase a resposta do Governo em funções às nossas pretensões foi nula ou reduzida, passados estes quatro anos constata-se com satisfação o fim das obras de requalificação das Estrada Nacional 125 até Olhão e a obra de reabilitação do molhe nascente da Barra e dragagens complementares nos canais de acesso ao Porto de Tavira, esperando-se a todo o momento o lançamento das empreitadas referentes à modernização e eletrificação dos troços da linha ferroviária do Algarve entre os troços Lagos – Tunes e Faro – Vila Real de Santo António, no valor global de 57 Milhões de Euros, e verificamos com agrado a aceitação por parte do atual Governo da concretização do ramal de ligação ao Aeroporto Internacional de Faro e ao campus de Gambelas da Universidade do Algarve.

Numa região predominantemente turística, reitera-se a importância estratégica da conclusão dos estudos e projetos da ligação ferroviária a Espanha, que garanta a ligação direta de Lisboa a Sevilha através de Faro e Huelva, consolidando um serviço eficaz, reforçando a segurança, permitindo melhores condições para passageiros e mercadorias e potenciando um uso mais eficiente dos centros logísticos existentes e previstos, consolidando-se desta forma dois corredores estratégicos – o corredor sul e o corredor horizontal do Algarve – Andaluzia,



PARTIDO SOCIALISTA - Secção Concelhia de Tavira

sublinhando-se a posição conjunta dos principais responsáveis políticos das regiões do Alentejo, Algarve e Andaluzia oportunamente adotada sobre esta matéria, antes da Cimeira Ibérica de 2017.

Por outro lado, não desconsiderando a importância regional dos investimentos marítimo-portuários, o desenvolvimento da Economia do Mar deve concretizar-se através de investimentos já projetados e com financiamento assegurado que potenciem as atividades económicas associadas, nomeadamente nos portos de pesca e marinas de recreio, valorizando a oferta turística, salvaguardando a segurança de pessoas e bens e potenciando a criação de emprego, dando-se especial realce ao Porto de Pesca de Tavira e navegabilidade dos canais da Ria Formosa, nomeadamente nos acessos e nas condições trabalho nos pequenos portos de Cabanas de Tavira e Santa Luzia.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Tavira, reunida em 27 de abril de 2018, delibera:

1. Saudar especialmente as obras de reabilitação da Barra de Tavira e os trabalhos de reforço do cordão dunar das ilhas-barreira da Ria Formosa, congratular-se com a pronta resposta dada aos danos e prejuízos causados pelas intempéries deste inverno nas praias do concelho e registar o anúncio do Governo referente às intervenções na melhoria das condições de circulação da EN 125, particularmente em relação ao projeto de beneficiação na Ponte da Ribeira do Almagem;
2. Exigir ao Governo o cumprimento dos prazos previstos referentes ao lançamento das empreitadas e conclusão das obras de obras de requalificação da EN 125, entre Olhão e Vila Real de Santo António, concorrendo dessa forma para a competitividade das empresas e a sustentabilidade socioeconómica do Sotavento Algarvio, em condições de igualdade com a restante região;
3. Recomendar que, em sede de plano de investimentos da Infraestruturas de Portugal, seja prevista a construção da variante da Luz de Tavira, incluída no contrato de concessão original por imperiosas razões de segurança rodoviária, fluidez da circulação e de acalmia de tráfego naquela localidade.
4. Dar conhecimento da deliberação que recair sobre esta proposta às seguintes entidades e instituições: Presidente da República, Presidente e Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro do Planeamento e Infraestruturas, Ministra do Mar, Presidente da Câmara Municipal de Tavira, Presidente do Conselho Intermunicipal e Primeiro-Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Presidentes das Câmaras e Assembleias Municipais do Algarve; e,
5. Remeter cópia da deliberação que recair sobre esta proposta, para conhecimento e divulgação, aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais, e proceder à sua publicação nos suportes de comunicação do Município de Tavira.

Aprovada, por e em Minuta.



MOÇÃO

DO INTERIOR AO LITORAL
ALGARVIO:
HABITAR JOVEM



ENQUADRAMENTO

A desertificação populacional, também denominada *êxodo rural*, é frequentemente definida como o fenómeno de abandono dos habitantes das áreas rurais para os centros urbanos.

As dinâmicas demográficas registadas nas últimas décadas, em Portugal, demonstram que dois terços do território nacional – municípios do Interior do País – estão ameaçados de despovoamento, acompanhados dos seus inevitáveis corolários¹:

- desertificação física provocada pelo abandono das terras e das atividades produtivas;
- declínio das atividades económicas e a perda de massa crítica – demográfica, social, económica;
- acréscimo significativo dos custos de provimento de infraestruturas e equipamentos de uso coletivo;
- rarefação de serviços públicos fundamentais;
- degradação da igualdade de oportunidades e de condições de vida.

Pelo exposto e tendo em conta que 80% da população de Portugal se concentra em apenas 20% do total do espaço territorial, sendo o litoral a zona de principal concentração, afigura-se necessária a implementação de medidas que fomentem a alteração do paradigma atual, invertendo, assim, o *natural percurso da evolução da sociedade*².

Intrinsecamente associado a este tema – desertificação – está a dificuldades da procura de um imóvel por parte dos jovens no interior das localidades, em Portugal.

A este propósito, relembramos que no passado dia 27 de fevereiro, foi divulgado, em Lisboa, o Relatório da Cáritas Europa, denominado “Os jovens na Europa precisam de um Futuro”.

Este Relatório refere, entre outras conclusões que “a maioria dos jovens em Portugal não consegue arrendar ou comprar casa devido aos empregos precários e a um mercado de habitação com preços muito elevados.”

DIFICULDADES SENTIDAS PELOS JOVENS

¹ Cfr. Relatório “Territórios de Baixa Densidade, Territórios de Elevado Potencial”, Setembro, 2014

² Cfr. http://expresso.sapo.pt/blogues/blogue_sem_cerimonia/o-interior-tambem-e-portugal=f889639



De acordo com informações recolhidas³, ao longo do presente mandato, pela JSD/Algarve, são vários os motivos que dificultam a procura de um imóvel no interior – seja para adquirir, seja para arrendar -, nomeadamente:

1. Impedimento de construção de casas pelos Planos Diretor Municipal;
2. Desinteresse de venda de imóveis abandonados por parte dos proprietários;
3. Venda a preços exorbitantes de imóveis abandonados;
4. Falta de meios económicos, por parte dos jovens, para reabilitar imóveis abandonados;
5. Elevado valor das rendas face ao rendimento médio mensal auferido.

Estas dificuldades explicam, assim, alguns dos motivos que levam à desertificação do interior da região do Algarve e à dificuldade dos jovens casais se fixarem no Algarve.

Todas as dificuldades acima expostas são, cremos, sentidas pelo interior do país. Não se tratando, assim, de um cenário exclusivo da região do Algarve.

APRESENTAÇÃO DE MEDIDAS

Perante as dificuldades sentidas, entendemos, pois, ser razoável trazer ao debate público e, principalmente, político, a apresentação de um rol de medidas que invistam na fixação dos jovens, de forma sustentada, fora do centro das cidades.

³ A JSD/Algarve através da realização do FORMAR JOVENS AUTARCAR ALGARVIOS recolheu uma série de testemunhos, junto dos seus autarcas e jovens, referentes a esta matéria.



Para o efeito, Grupo Municipal do Partido Social Democrata, propõe que a Assembleia Municipal de Tavira, na sua reunião de 27 de Abril de 2018, delibere:

1. REABILITAR PARA ARRENDAR: Criação de uma *rede local de oferta jovem* para proprietários de imóveis abandonados no interior

De forma sucinta, explicamos o funcionamento da *rede local de oferta jovem*:

Os proprietários de imóveis abandonados (sejam eles entidades públicas ou privadas, coletivas ou singulares) colocam os seus imóveis numa rede partilhada com os jovens, até aos 35 anos, que pretendem arrendar um imóvel.

Esta rede será gerida pelas autarquias locais – juntas de freguesia ou câmara municipal.

Os proprietários ao disponibilizarem os seus imóveis na *rede* terão, como contrapartida, apoios que fomentem a reabilitação⁴ dos imóveis, através de incentivos ao nível fiscal e financeiro, nomeadamente:

- a. Apoio ao financiamento com empréstimo a 30 anos;
- b. Não tributação dos rendimentos prediais decorrentes do arrendamento no 1.º ano;
- c. Tributação dos rendimentos prediais, após o primeiro ano de isenção, a uma taxa efetiva de 5%, independentemente da área em que os imóveis se encontrem.
- d. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a uma taxa reduzida de 6% nas empreitadas de reabilitação, independentemente da área em que os imóveis se encontrem.

2. ADQUIRIR PARA RENTABILIZAR: Venda de lotes com a condição de arrendar nos primeiros 5 anos

⁴ Significado Reabilitação: processo de transformação do solo urbanizado, compreendendo a execução de obras de construção, reconstrução, alteração, ampliação, demolição e conservação de edifícios, tal como definidas no regime jurídico da urbanização e da edificação, com o objetivo de melhorar as condições de uso, conservando o seu carácter fundamental.



Nos primeiros 5 anos, após a aquisição do imóvel, o proprietário (entidade pública ou privada, coletiva e singular) não poderá revender, tendo, no entanto, a obrigação de arrendar a jovens até aos 35 anos.

Ao concordar com esta limitação à sua autonomia privada – aquisição de imóvel destinado ao arrendamento nos primeiros 5 anos -, o proprietário do imóvel obterá os seguintes benefícios fiscais:

a. Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que, nos primeiros 5 anos a contar da data de aquisição do imóvel, arrende o imóvel a jovens até aos 35 anos;

b. tributação dos rendimentos prediais, durante os 5 anos, a uma taxa efetiva de 10%.

Ora, de acordo com a lei em vigor, o arrendatário tem direito de preferência na venda do imóvel que arrende há mais de 3 anos. Pelo que, ao fim dos 5 anos, o proprietário do imóvel que pretenda vender o imóvel terá, obrigatoriamente, de dar prévio conhecimento do projeto de negócio existente ao jovem que arrendou o imóvel, para que este possa, se assim o entender, exercer o seu direito de preferência.

3. VIVER O FUTURO NO PRESENTE: Discriminação fiscal positiva para jovens, até aos 35 anos, na aquisição de imóvel

Este pacote de benefícios fiscais “VIVER O FUTURO NO PRESENTE” para os jovens, até aos 35 anos, no momento de aquisição de imóvel localizado no interior, inclui o seguinte:

a. Isenção do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI) nos primeiros 3 anos;

b. Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), desde que adquira habitação própria e permanente.

As propostas acima expostas são, cremos, necessárias e possibilitam a aquisição de meios que permitam o combate de um dos maiores desafios sentidos por Portugal, sentidos pelos jovens: o desequilíbrio entre o litoral e interior que fomenta a dificuldade de fixação dos jovens no interior, tendo como consequência a desertificação populacional.

O sucesso do interior passa, acreditamos, pela criatividade com que se aproveitam os edifícios devolutos (públicos ou privados).



DO INTERIOR AO LITORAL ALGARVIO: HABITAR JOVEM

O combate à desertificação, contudo, sabemos, não se pode bastar pela aplicação de medidas relacionadas com reabilitações, arrendamentos, benefícios fiscais e financeiros.

No entanto, estas são medidas válidas, que merecem a recolha de todos os esforços para que sejam implementadas nos municípios do interior, dentro dos limites da razoabilidade.

Esta moção move-nos, pois, no sentido de implementar possíveis soluções de combate às dificuldades sentidas pelos nossos jovens na sua fixação no interior do país.

Devolvamos aos nossos jovens a esperança no futuro.

Urgimos a todos que se movam connosco neste sentido.